



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 1º BIMESTRE | 2011

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO- GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO
ESTADUAL**

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Bruna Beatriz Daniel

Camila Callegario Ribeiro

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fernanda Stiebler

João Vitor Pereira Pedrosa

José Elias do Nascimento Neto

Larissa Silva Carvalho

Laura Beraldo Amaral

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luisa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto

O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000

SUMÁRIO

Apresentação	6
RESUMO EXECUTIVO.....	9
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	13
II. Receita Estadual	14
II.1 Receitas Correntes	14
II.1.1 Receita Tributária.....	15
II.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico	16
II.1.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	17
II.1.3 Receita de Transferências	18
II.1.4 Demais Receitas Correntes	20
II.2 Receitas de Capital	21
BOX 01 – PANORAMA ECONOMICO DO ESTADO.	22
III. Resultados Fiscais.....	24
III.1 Resultado Orçamentário Total	24
III.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	25
III.3 Resultado Primário.....	25
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	27
IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa.....	27
IV.2 - Acompanhamento das despesas vinculadas a índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	33
BOX 02 – Transferências Voluntárias de Recursos aos municípios para Aplicação em Saúde (PAHI) e em Execução de Obras de Urbanização e Infraestrutura (Somando Forças).	35
BOX 03 – Aplicação de Recursos na Região Serrana por conta dos Prejuízos Ocasionados pelas Chuvas... ..	36
V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	38
V.1 Cota Financeira	38
V.2 Pagamento de PD's.....	39
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	40

V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores.....	42
de Serviços Públicos	42
V.4.1 Características de Consumo.....	44
V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	46
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento.....	46
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública .	47
V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	52
V.9. Sistema de Gestão de Qualidade na Subsecretaria de Finanças	53

Apresentação

Este é o décimo nono número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o primeiro referente ao exercício de 2011. Seu objetivo continua sendo o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 29/03/2011.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição do Boletim, assim como em todas a partir de 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado - IO, nas contas do Estado, pois essas empresas são não-dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área,

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição do boletim, assim como em todas a partir de 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada “não dependente” de acordo com as regras da LRF.

notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

RESUMO EXECUTIVO

No primeiro bimestre de 2011 o Estado do Rio de Janeiro sofreu evolução favorável de suas receitas, sendo verificados **aumentos tanto na receita corrente (+4,1%) quanto na de capital (+350,5%), com destaque para o aumento da receita tributária (+10,8%)**, em relação ao mesmo período do ano passado.

Sobre a receita corrente, os principais destaques são o **bom desempenho da arrecadação do ICMS e das receitas de transferências não voluntárias**. Estas últimas, que tiveram crescimento de 22,6% em comparação ao primeiro bimestre de 2010, são efeito do aumento da arrecadação da União, base para tais repasses.

O aumento da receita de ICMS¹ (+11,1%) é reflexo do **crescimento de setores econômicos**. Na análise do ICMS setorial observa-se o incremento significativo na arrecadação de alguns setores, com destaque para o de telecomunicações (+23,3%), energia elétrica (+10,9%), mercado (+13,1%), veículos automotores (36,4%), metalurgia e siderurgia (12,9%) e construção civil (+35,9%).

Este bimestre também consolidou resultados fiscais positivos, **caso desconsideremos o RIOPREVIDÊNCIA, que vem usando os saldos financeiros acumulados**. Os resultados orçamentário e primário ainda obtiveram aumento em relação ao ano passado (+2,9% e +7,4%, respectivamente).

Em 2011, dá início a segunda Gestão do Governador Sergio Cabral. Para esse mesmo ano, o Estado conta com um orçamento total aprovado de R\$ 56,213 bilhões. Em linha com a postura prudencial adotada no Governo Federal, foi adotada uma postura conservadora, o que implicou no contingenciamento de 2,96% do total de despesas aprovadas no orçamento do Executivo, no montante de R\$1,54 bilhões.

No primeiro bimestre de 2011 a execução das despesas se apresenta incipiente e totalizou R\$8,3 bilhões, ritmo esperado para o período. No entanto com relação ao mesmo período do ano anterior o valor liquidado apresentou um crescimento de 12,03% (+R\$819 milhões).

Maior parcela deste gasto (55,72%) foi financiada com recursos provenientes de Impostos (ICMS, IPVA e ITD), concentrados em despesas não discricionárias (93%).

Na esteira da política de valorização do servidor, com a concessão de reajustes a diversas categorias, os gastos com pessoal e encargos do Poder Executivo cresceram R\$ 168,15 milhões (+14,15%).

O incremento de 28% (R\$131,4 milhões) na despesa de custeio pode ser justificado, principalmente, pelas despesas referentes ao Bilhete Único Estadual, cujo número de usuários vem crescendo de maneira ascendente.

¹ Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

Com relação aos índices constitucionais, observa-se que o ritmo da execução orçamentária da Educação e da FAPERJ estão próximos da aplicação mínima exigida, com destaque para esta última que já alcançou 2,46%, superando os 2,0% estabelecidos, quando considerada a receita realizada no bimestre.

A presença direta do Estado no apoio financeiro aos Municípios, através de transferências voluntárias, neste primeiro bimestre, foi direcionada para as áreas de Saúde e de Urbanização. O Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAHI), implantado em 2010, recebeu R\$ 12,76 milhões para reforçar a implementação das ações de saúde em hospitais públicos localizados em municípios com até 115 mil habitantes. Na área de urbanismo, diversos municípios foram contemplados com repasses de recursos que somados totalizaram R\$25,03 milhões.

Além destes, foram destacados também a aplicação de recursos na Região Serrana, por conta dos prejuízos ocasionados pelas Chuvas. Diversas ações emergenciais começaram a ser executadas, dentre elas, implantação de hospitais de campanha, obras para contenção de encostas e recuperação de vias urbanas e pagamento de aluguel social, este último requereu R\$10,5 milhões neste primeiro bimestre.

No que tange à administração financeira estadual, verificou-se que a metodologia de liberação da Cota Financeira para emissão de Programações de Desembolso vem alcançando progressivamente seu objetivo primordial: planejamento financeiro da parte dos órgãos, compatível com o Fluxo de Caixa do Tesouro.

Verificou-se que o índice de utilização da Cota Financeira liberada – nas Fontes de Recursos – FR sob a gestão do Tesouro Estadual – no primeiro bimestre de 2011, foi de 87%.

No 1º bimestre de 2011, o Tesouro Estadual praticou o prazo médio de pagamento, de 9 dias, no adimplemento das programações de desembolso emitidas para as áreas prioritárias; e de 9 dias, para as áreas não prioritárias, sendo que, 100% das PD's pagas foram honradas em até 30 dias após a data de sua emissão, com destaque para o fato de que quase a metade (47%) foram pagas em até 10 dias.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram ótimo desempenho nesse 1º bimestre de 2011, obtendo uma rentabilidade média acima de 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos). Além disso, possuem uma taxa administrativa que se situa entre 0,10% e 0,15% ao ano, muito abaixo das praticadas no mercado.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 30,5 milhões com serviços públicos essenciais prestados pelas concessionárias aos órgãos e às entidades estaduais.² Desse montante, R\$ 24,4 milhões foi executado por meio do SIPC, o que corresponde a 80%.

No que tange aos Restos a Pagar de 2010, o Tesouro Estadual quitou, nesse período, R\$ 46 milhões do valor total inscrito em favor das concessionárias de serviços públicos essenciais, que monta em R\$ 61 milhões, ou seja, 75% do total.

² Estão incluídas nesse total apenas as despesas executadas com Fontes de Recursos do Tesouro disponibilizadas no Programa de Trabalho – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento semestral do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar processados – RPP's, não houve pagamento nesse primeiro semestre de 2011.

No 1º bimestre de 2011, foram aplicados R\$ 19,4 milhões para pagamento de precatórios. Os pagamentos realizados nos meses de janeiro e fevereiro foram compostos das parcelas dos acordos vigentes, restando ainda 14 acordos do Estado. Ressalte-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009. No tocante ao pagamento de requisições de pequeno valor, foram pagas, nos meses de janeiro e fevereiro, o valor de R\$ 4 milhões.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 645 milhões com o serviço da dívida³, no 1º bimestre de 2011, valor 80,84% superior ao pago no mesmo período do ano anterior. O estoque da Dívida Financeira somou o montante de R\$ 58,48 bilhões, 12,11% maior que a do primeiro bimestre do exercício anterior, o que é explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna que é corrigida pelo IGP-DI⁴. O estoque da dívida externa, que corresponde a 3,39% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com saldo de R\$ 1,98 bilhão, ou seja, 43,87% superior ao do primeiro bimestre de 2010, não obstante a variação negativa do dólar no período, em virtude dos ingressos de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

Foram liberados R\$ 15,6 milhões da receita pertinente a operações de créditos no primeiro bimestre de 2011. Desse montante, R\$ 6,9 milhões foram destinados ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES); R\$5,9 milhões foram para o Programa de Apoio de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$1,2 milhões foram para o Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES); R\$ 918 mil destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária (recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento); R\$605,3 mil, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do Banco Mundial); e R\$ 78 mil destinados ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública – PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do Banco Mundial).

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 1º bimestre de 2011, com 1.039 Convênios, dos quais 452 Convênios de Receita e 587 Convênios de Despesa vigentes⁵. Os mais relevantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁶ e no Programa Somando Forças.

³ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

⁴ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representaram 92,17% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um crescimento de 7,86% e 11,44%, respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 1º bimestre fechou em 1,36% (IGP-DI de dez/10 e jan/11), e nos últimos 12 meses (de fev/10 a jan/11) em 11,27%.

⁵ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Saliencia-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁶ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

Por fim, cabe destacar que após o decurso de um ano e meio do início da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN), em 18 de março de 2011, foi recomendada pela empresa de auditoria Bureau Veritas, para obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008⁷. A entrega do Certificado à Subsecretaria de Finanças ocorreu em cerimônia realizada no dia 18 de abril de 2011, na Secretaria de Estado da Casa Civil.

⁷ ISO é a sigla da Organização Internacional de Normalização (*International Organization for Standardization*), com sede em Genebra, Suíça, que cuida da normalização (ou normatização) em nível mundial e cria normas nos mais diferentes segmentos. A sigla ficou popularizada pela série 9000, ou seja, as normas que tratam de Sistemas para Gestão e Garantia da Qualidade nas empresas/órgãos. Em Dezembro de 2000, a série 9000 foi totalmente revisada; além das alterações em sua estrutura, agora há apenas uma norma sujeita à certificação, a ISO 9001, que trouxe o enfoque de gerenciamento de processos. Esta norma foi desenvolvida utilizando-se um conjunto de oito princípios de gestão da qualidade, quais sejam: (i) foco no cliente; (ii) liderança; (iii) o envolvimento das pessoas; (iv) abordagem por processos; (v) abordagem por sistema de gestão; (vi) melhoria contínua; (vii) abordagem factual para a tomada de decisão; e, (viii) relações de parceria com fornecedores.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais⁸ de arrecadação para 2011 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 374/2011, publicada no mês de fevereiro.

As receitas totais no período janeiro-fevereiro de 2011 foram 3,0% menores em relação ao projetado para o bimestre devido principalmente à frustração das receitas de capital. Já as receitas correntes apresentaram desempenho apenas 0,7% abaixo da meta projetada.

Entre as receitas correntes, apenas a receita tributária e patrimonial apresentaram desempenho acima do previsto superando a meta em 1,0% e 1,9% respectivamente.

A receita de transferências apresentou desempenho abaixo da meta bimestral (-6,1%) R\$64,17 milhões associado à atonia ainda existente em algumas receitas federais.

As outras receitas correntes ficaram significativamente abaixo do previsto (-19,7%) para o bimestre por conta da frustração da receita de multas e juros da Dívida Ativa (-70,95%).

As receitas de capital ficaram abaixo da meta bimestral em R\$ 211,11 milhões. Esse resultado decorre da dilação do prazo para conclusão de algumas operações de crédito de maior vulto e da frustração de receita de transferências de capital em 51,6% da meta estabelecida.

As Metas bimestrais de arrecadação e o Cronograma Mensal de Desembolso foram divulgados, respectivamente, pelas Resoluções SEFAZ nº 374 e 375 em fevereiro deste ano.

Neste primeiro bimestre, a despesa realizada, aí incluídos os Restos a Pagar do exercício de 2010 já pagos, ultrapassou em 6,2% a meta estabelecida para o período.

⁸ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intra-orçamentárias.

Tabela 1

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA 2011
(art 8º da LRF)

	R\$ milhões		
DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN-FEV) 2011	RECEITA REALIZADA (JAN-FEV) 2011	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
REC. CORRENTES	8.762,49	8.697,80	99,3%
TRIBUT.	5.691,74	5.750,71	101,0%
CONTRIB.	194,00	164,08	84,6%
PATRIM.	1.543,96	1.573,84	101,9%
AGROPEC.	0,03	0,01	53,8%
INDUST.	1,79	0,05	2,6%
SERV.	53,83	41,71	77,5%
TRANSF. CORR.	1.046,06	981,89	93,9%
OUTRAS	231,09	185,51	80,3%
REC. CAPITAL	547,28	336,06	61,4%
OPER. CRÉDITO	100,26	15,58	15,5%
ALIEN. BENS	66,00	115,39	174,8%
AMORT. EMPRÉST.	23,29	28,23	121,2%
TRANSF. CAP.	357,73	176,86	49,4%
Total	9.309,77	9.033,85	97,0%

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*
ESTADO DO RIO DE JAN-FEV 2011

	Em R\$ milhões				
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2011**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-FEV***	RP 2010 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-FEV 2011	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	2.368	1.700	547	2.247	94,9%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.995	4.954	720	5.674	113,6%
INVEST /INVERSÕES	408	41	374	416	101,8%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	683	641		641	93,8%
TOTAL	8.455	7.335	1.641	8.977	106,2%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 375

***Fonte: SIG em 24/03/2011

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2010.

A despesa realizada acima da meta, principalmente nas outras despesas correntes, basicamente pelas transferências aos municípios e ao FUNDEB, cujos valores realizados foram maiores do que os estimados no Cronograma de Desembolso.

Observa-se que neste primeiro bimestre já foram pagos R\$1,64 bilhões, que correspondem a 67,8% do RP inscrito. As despesas do exercício ainda apresentam um ritmo lento, já esperado para os dois primeiros meses do ano.

II. Receita Estadual ⁹

As receitas estaduais totalizaram, no primeiro bimestre de 2011, R\$9.033,85 milhões – cifra que representa R\$600,4 milhões a mais que o arrecadado no mesmo período de 2010 (+7,1%). Este resultado é especialmente reflexo do bom desempenho das Receitas Tributária (+R\$561,09 milhões), de Transferências Correntes (+R\$181,27 milhões) e de Capital (+R\$261,46 milhões).

As próximas seções apresentarão mais detalhes sobre as categorias de receita.

II.1 Receitas Correntes

As receitas Tributárias e de Transferências foram naturalmente as principais responsáveis por elevar em 4,1% o total das Receitas Correntes¹⁰ em comparação ao ano passado (+R\$338,93 milhões).

Outro componente expressivo das Receitas Correntes, a Receita Patrimonial, apresentou queda de 22,3% na comparação entre os períodos (– R\$451,62 milhões). Esta redução – compensada pelos incrementos supracitados – se deu pela já esperada queda da receita de Participação Especial de petróleo e gás (–R\$200,14 milhões) e da

Tabela 3

**DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2010	2011	
TRIBUTÁRIA	5.189,63	5.750,71	10,8%
CONTRIBUIÇÕES	144,04	164,08	13,9%
PATRIMONIAL	2.025,46	1.573,84	-22,3%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	59,2%
INDUSTRIAL	2,08	0,05	-97,8%
DE SERVIÇOS	39,70	41,71	5,0%
TRANSF. CORR.	800,62	981,89	22,6%
OUTRAS CORR.	157,33	185,51	17,9%
REC. CORR.	8.358,86	8.697,80	4,1%
REC. CAPITAL	74,59	336,06	350,5%
Total	8.433,46	9.033,85	7,1%

A execução da receita do primeiro bimestre de 2011 atingiu o montante de R\$9.033,85 milhões, crescimento de 7,1%, (+R\$ 600,4 milhões), em relação ao ano anterior.

⁹ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rio Previdência.

¹⁰ Receitas correntes são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Definição explicitada no Glossário Orçamentário do Tesouro Nacional: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp

receita de Certificados Financeiros do Tesouro (–R\$297 milhões).

Os outros componentes das Receitas Correntes não são tão expressivos quanto os destacados, ou seja, tem menos influência relativa em seu total.

II.1.1 Receita Tributária

A receita oriunda de tributos arrecadada no primeiro bimestre de 2011 teve crescimento de 10,8% em comparação ao mesmo período de 2010, atingindo o total de R\$5.750,71 milhões. Estes resultados positivos correspondem, sobretudo, ao incremento de R\$405,54 milhões de ICMS (+11,1%). Mais detalhes acerca deste tributo serão abordados na próxima seção. Com relação aos demais tributos ocorreu o seguinte:

– **Imposto de Renda (IRRF):** realizou R\$167,14 milhões nos dois primeiros meses do ano, total 17,9% inferior ao período do ano passado. Este decréscimo é resultado de atraso no repasse do imposto recolhido da folha de aposentados e pensionistas do RIOPREVIDÊNCIA.

– **IPVA:** neste bimestre, alcançou o total de R\$716,17 milhões arrecadados, R\$72,18 a mais que no ano anterior. Este resultado é consequência do crescimento da frota de veículos no estado e da modernização da frota. Além disso, o índice de inadimplência do imposto está em queda devido aos esforços de fiscalização do estado, com as Blitz do DETRAN, DETRO e da Lei Seca.

– **ITD:** com aumento comparativo de R\$12,34 milhões (+32,1%), este imposto teve receita de R\$50,74 milhões. O bom desempenho do tributo neste bimestre é consequência dos trabalhos desenvolvidos em 2010 – primeiro, temos o prosseguimento de convênio com a Receita Federal para o cruzamento de informações sobre doações declaradas no Imposto de Renda Pessoa Física. A partir destes dados é possível convocar contribuintes para verificarem suas declarações e regularizarem sua situação, caso tenham doado ou se beneficiado de

Tabela 4

**RECEITA TRIBUTÁRIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2010	2011	
	R\$ milhões		
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.189,63	5.750,71	10,8%
ICMS	3.661,99	4.067,53	11,1%
Adicional do ICMS	382,65	428,07	11,9%
IRRF	203,69	167,14	-17,9%
IPVA	643,99	716,17	11,2%
ITD e ITBI	38,40	50,74	32,1%
Taxas	258,92	321,06	24,0%

doações sem a devida quitação do ITD correspondente; adicionalmente, deve-se destacar o advento do Programa de Refinanciamento de Dívidas (REFIS), que estabeleceu descontos em juros e multas para quitação à vista da dívida e regras para a compensação de créditos inscritos em Dívida Ativa com precatórios vencidos. Em ambos os casos puderam ocorrer parcelamentos de até 60 meses – o que acaba por influenciar a receita de ITD ainda hoje e nos próximos meses.

– **Taxas:** a arrecadação da receita de Taxas cresceu 24,0% na comparação entre os períodos, equivalente a acréscimo de R\$62,15 milhões. A maior parte deste incremento é proveniente da receita das taxas de controle e fiscalização e prestação de serviços de trânsito, ambas do DETRAN, que somadas tiveram aumento de R\$43,79 milhões no bimestre.

II.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Sobre a distribuição setorial da arrecadação do ICMS, os dez setores produtivos com maior participação no bimestre Janeiro/fevereiro de 2011 equivalem a 74,5% do total arrecadado. De todos os setores somente três não contribuíram para o crescimento da arrecadação geral do imposto: o setor de petróleo e gás natural (-31,5%), química e petroquímica (-2,5%) e Transportes Gerais e Armazenagens (-0,3%).

Em contrapartida, as atividades que apresentaram crescimento foram os setores de telecomunicações, que cresceu 23,3% em relação ao mesmo período do ano passado e Mercados, lojas e Magazines com crescimento de 13,1%. (tabela 11).

No setor petrolífero, a indústria de refino de petróleo foi a que mais contribuiu para queda: a atividade teve um recuo de 6,8%, e sua participação no setor representa quase 60%. Adicionalmente as atividades de apoio a extração e a extração propriamente dita recuaram 60,8% e 47,1% respectivamente.

Tabela 5

EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECAÇÃO DE ICMS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	part % 2011	var % 11/10	Contrib. para Cresc.
Telecomunicações	15,6%	23,3%	29,8%
Energia elétrica	15,2%	10,9%	15,1%
Petróleo, combustíveis e gás natural	11,6%	-21,1%	-31,5%
Mercados, lojas e magazines	6,9%	13,1%	8,1%
Bebidas	5,8%	1,1%	0,6%
Alimentação	4,4%	13,4%	5,2%
Veículos automotores	4,3%	36,4%	11,6%
Metalurgia e siderurgia	3,8%	12,9%	4,3%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	3,6%	13,8%	4,4%
Construção civil	3,2%	35,9%	8,6%
Madeira, papel e fumo	3,1%	17,5%	4,6%
Química e petroquímica	2,9%	-7,8%	-2,5%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	2,6%	14,5%	3,3%
Transportes gerais e armazenagem	1,9%	-1,5%	-0,3%
Eletroeletrônicos	1,9%	5,6%	1,0%
Comunicação e informação	1,5%	70,6%	6,3%
Outras atividades econômicas	1,4%	215,1%	9,7%
Máquinas e equipamentos em geral	1,1%	33,7%	2,8%
Móveis e utensílios	1,1%	47,0%	3,4%
Borracha e plástico	0,7%	0,1%	0,0%
Médico-hospitalar e odontologia	0,7%	8,0%	0,5%
Informática e óptico	0,6%	17,0%	0,9%
Editorial, gráfica e publicidade	0,5%	41,4%	1,4%
Total das atividades econômicas	100,0%	11,1%	100,0%

O setor de telecomunicações, com a maior participação na arrecadação de ICMS no estado, cresceu 23,3% em relação ao primeiro bimestre do ano passado. O serviço de telefonia fixa cresceu 32,1% e representa dentro do setor 47,4%; telefonia celular aumentou em 3,3% com participação de 37,7%.

No setor de Mercados, grande parte do crescimento representa o trabalho nas operações de fiscalização, bem como o sucesso do sistema ECF (Emissor de Cupom Fiscal), base para a implantação do concurso Cupom Mania. É importante destacar que se não fosse a queda de 3,3% na seção “Lojas de departamentos” o crescimento do setor seria muito mais expressivo, já que essa atividade representa 42,9%.

II.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial arrecadada no bimestre atingiu a marca de R\$1.573,84, valor que representa diferença negativa de R\$451,62 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior (-22,3%). A queda é explicada pelo decréscimo das receitas de petróleo (-11,4%) e Certificados Financeiros do Tesouro (CFT, -66,5%). Além disso, é importante destacar o recebimento extraordinário de R\$ 210,7 milhões do acerto relativo a participações sobre a produção em anos pretéritos do Campo Produtor de Marlim, que elevou o total arrecadado em 2010¹¹.

– **Petróleo:** As receitas de petróleo representaram, no bimestre em questão, 85% da Receita Patrimonial. No total, tais receitas tiveram queda de R\$171,33 milhões (-11,4%) entre os anos, consequência da redução de R\$200,14 milhões na receita de Participação Especial (-17,2%). Todavia, conforme indicado, esta receita incluiu o ganho extraordinário de R\$210,7 milhões do acerto de Marlim em 2010; não considerando esta receita o crescimento foi de 1,11%.

¹¹ O recebimento a menor de participações especiais da Petrobras no passado (entre 2002-2006) gerou um acordo que prevê o pagamento de cerca de R\$ 800 milhões ao Estado do Rio de Janeiro em oito parcelas mensais. As duas primeiras (R\$207.568.756,66) foram recebidas pelo Estado em novembro e dezembro de 2009 e a terceira e quarta parcelas (R\$210.718.431,84) foram creditadas entre janeiro e fevereiro de 2010.

Tabela 6

ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		part % 2011	var % 10/11
	2010	2011		
	Telecomunicações	515,91	636,17	15,6%
Energia elétrica	558,24	619,16	15,2%	10,9%
Petróleo, combustíveis e gás natural	599,44	472,76	11,6%	-21,1%
Mercados, lojas e magazines	248,23	280,78	6,9%	13,1%
Bebidas	234,69	237,19	5,8%	1,1%
Têxtil e vestuário	168,29	219,96	5,4%	30,7%
Alimentação	157,53	178,62	4,4%	13,4%
Veículos automotores	128,17	174,85	4,3%	36,4%
Metalurgia e siderurgia	135,59	153,08	3,8%	12,9%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	127,42	145,07	3,6%	13,8%
Construção civil	97,06	131,94	3,2%	35,9%
Madeira, papel e fumo	106,14	124,70	3,1%	17,5%
Química e petroquímica	129,75	119,65	2,9%	-7,8%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	92,78	106,27	2,6%	14,5%
Transportes gerais e armazenagem	79,85	78,69	1,9%	-1,5%
Eletroeletrônicos	74,39	78,57	1,9%	5,6%
Comunicação e informação	35,92	61,29	1,5%	70,6%
Outras atividades econômicas	18,29	57,63	1,4%	215,1%
Máquinas e equipamentos em geral	34,03	45,51	1,1%	33,7%
Móveis e utensílios	29,65	43,59	1,1%	47,0%
Borracha e plástico	28,97	29,01	0,7%	0,1%
Médico-hospitalar e odontologia	26,86	29,00	0,7%	8,0%
Informática e óptico	21,15	24,74	0,6%	17,0%
Editorial, gráfica e publicidade	13,65	19,30	0,5%	41,4%
Total das atividades econômicas	3.661,99	4.067,53	100,0%	11,1%

Tabela 7

RECEITA PATRIMONIAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2010	2011	
	RECEITA PATRIMONIAL	2.025,46	1.573,84
Petróleo	1.503,17	1.331,84	-11,4%
Royalties	340,40	369,15	8,4%
Part. Especial	1.162,37	962,23	-17,2%
FEP	0,39	0,46	16,9%
CFT's	446,52	149,53	-66,5%
Aplic. Financeiras	61,93	78,16	26,2%
Demais Rec. Patrimoniais	13,84	14,31	3,4%

Sobre os Royalties, verifica-se crescimento de 8,4% (+28,74 milhões) em sua arrecadação. Este resultado é reflexo do aumento do preço do barril em 16,9% na comparação entre os anos, o que acabou por compensar a redução da taxa de câmbio (-2,0%) e a manutenção da produção.

– **CFT:** Arrecadados R\$149,53 milhões, esta receita apresentou queda de 66,5% (-R\$297,0 milhões). O fluxo de receita dos CFT foi programado para ser decrescente e encerrado em 2014, com receita zerada. Entretanto, houve negociação para mudança deste fluxo, adiantando grande parte da receita para 2011 com seu fim já em 2012. Desta forma, a receita a ser verificada em 2011 será maior que a de 2010, embora neste bimestre não seja o ocorrido.

– **Receitas Financeiras:** Tiveram um aumento de 26% (+R\$ 16.231 milhões). Este crescimento se deve principalmente pelo aumento de 28,57% da taxa SELIC, que passou de 8,75% no 1º bimestre de 2010 para 11,25% no mesmo período de 2011.

II.1.3 Receita de Transferências

O total arrecadado neste bimestre sofreu acréscimo de R\$181,27 milhões (+22,6%) em relação ao mesmo período de 2010. A justificativa reside no aumento das receitas de transferências da União (+30,4%) e do FUNDEB (+16,4%), que juntas representam 97,5% do total transferido em 2011.

– **Transferências da União:** representaram em 2011 54,5% do total de transferências e, no bimestre em questão, arrecadaram o total de R\$534,81 milhões. Os repasses de FPE, IPI-exp, SUS e Salário Educação somam 92,5% desta receita – o aumento de todos esses repasses justifica o crescimento de 30,4% (+R\$124,65 milhões) do total de transferências da união em relação ao primeiro bimestre do ano passado.

Sobre o FPE, verifica-se crescimento de 41,0% (+R\$50,37 milhões); já o IPI-ex sofreu aumento de 55,1% (+R\$48,62

Tabela 8

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2009	2010	
Produção (milhões de bbl)	101,46	101,42	0,0%
Brent (US\$/bbl)	75,56	88,36	16,9%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,74	1,70	-2,0%

Tabela 9

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2010	2011	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	800,62	981,89	22,6%
Transf da União	410,16	534,81	30,4%
FPE	122,76	173,13	41,0%
IPI exp	88,24	136,86	55,1%
IOF	0,00	0,01	226,1%
CIDE	23,03	24,33	5,6%
SUS	100,90	112,31	11,3%
Salário Educação	60,64	72,45	19,5%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%
Demais Transf. da União	0,29	1,41	385,9%
FUNDEB	363,55	423,02	16,4%
Convênios	26,57	23,10	-13,0%
Outras Transf. Corr.	0,35	0,13	-62,2%

milhões). Ambos os desempenhos são reflexo do aumento da arrecadação base da União para tais repasses em relação a 2010.

– **SUS:** as transferências para o Sistema Único de Saúde foram de R\$112,31 milhões, incremento de R\$11,41 milhões em relação ao mesmo período do ano passado. Este resultado vai contra as expectativas para 2011, já que se previa uma redução dessa rubrica nesse ano por conta da adoção da Gestão Plena de recursos do SUS¹². Entretanto, o crescimento se deveu a: o repasse para medicamentos excepcionais de 2010 só foi contabilizado no orçamento de 2011, o que inflou a receita deste ano e; não houve repasses para medicamentos em janeiro de 2010 devido a atrasos, reduzindo a receita do bimestre.

– **SALÁRIO EDUCAÇÃO:** Com R\$72,45 milhões arrecadados no bimestre, esta receita teve crescimento de 19,5% em relação ao ano passado. Os recursos do salário-educação vêm da contribuição social das empresas públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com alíquota de 2,5%. O valor é arrecadado mensalmente pela Receita Federal, que o transfere ao FNDE, responsável pela distribuição entre estados e municípios. O aquecimento da economia brasileira aumenta o número de empregados registrados, o que reflete na folha de pagamento das empresas e aumenta o volume de recursos a serem recolhidos.

– **FUNDEB:** As receitas deste fundo equivaleram no bimestre a 43,1% do total de transferências e por isso merecem destaque. O total arrecadado em 2011 foi de R\$423,02 milhões, acréscimo de 16,4% em relação ao mesmo período do ano passado (+R\$59,47 milhões). Este aumento ocorreu apesar da diminuição do coeficiente de retorno do FUNDEB¹³ ao Estado em 1,86% entre 2010 e

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB (-1,86%), estas transferências tiveram incremento de 16,4% no acumulado do ano resultado do aumento nas Receitas Tributárias.

¹² Houve reestruturação na distribuição dos recursos do SUS aos municípios do Estado, que passaram a recebê-los diretamente da União.

¹³ O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,395999089041 em 2010 para 0,38863487778 em 2011 (-1,86%). Dados disponíveis no site: www.fnde.gov.br

2011, já que tal redução foi compensada pelo bom desempenho da arrecadação estadual no bimestre.

II.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram acréscimo de 14,0% no bimestre em relação ao ano passado (+R\$48,20 milhões). Este desempenho positivo é reflexo do aumento das receitas de Contribuição, Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa, que juntas tiveram aumento de R\$54,65 milhões que mais que compensaram pequenas quedas de outras rubricas.

– **Receita de Contribuições:** seu incremento de R\$20,04 milhões no bimestre (+13,91%) está concentrado no âmbito dos servidores civis ativos e pensionistas. No caso dos servidores ativos, este acréscimo é decorrente dos aumentos salariais concedidos em junho de 2010. No tocante aos pensionistas, a variação positiva também é derivada dos aumentos salariais e da aceleração nas revisões administrativas dos valores pagos.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** ambas as receitas exibiram crescimento no período: +R\$19,35 milhões (+48,3%) e +R\$15,26 (+98,0%), respectivamente. Esses resultados são efeito do REFIS estadual, que permitiu o pagamento a vista ou parcelado de débitos tributários ou sua compensação com precatórios. O programa, que foi instituído no segundo bimestre de 2010, mudou o patamar de arrecadação de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa. Apesar de muitos contribuintes terem quitado suas pendências até o dia 31 de maio de 2010, fim do programa, há ainda receitas provenientes do parcelamento da dívida que garantem incrementos mensais na arrecadação nos próximos meses.

A queda de 12,8% das receitas de Indenizações e Restituições (–R\$2,47 milhões) é consequência basicamente da redução das compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado (– R\$ 3,9 milhões). Esta rubrica teve receita elevada no primeiro bimestre de 2010 devido à

Tabela 10

**DEMAIS RECEITAS CORRENTES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2010	2011	
	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	343,16	
Receita de Contribuições	144,04	164,08	13,91%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	59,2%
Receita Industrial	2,08	0,05	-97,8%
Receita de Serviços	39,70	41,71	5,0%
Multas e Juros de Mora	40,06	59,40	48,3%
Indenizações e Restituições	19,31	16,85	-12,8%
Dívida Ativa	15,58	30,84	98,0%
Receitas Diversas	82,38	78,42	-4,8%

transição de servidores entre regimes, autorizada pela Constituição Federal em 1988.

As Receitas Diversas apresentaram queda de R\$ 3,96 milhões (- 4,8%). Esta redução está relacionada com o uso do saldo de depósitos judiciais no primeiro bimestre do ano passado, o que não ocorreu neste ano, seguindo o determinado na lei nº 11.429/06 na qual a receita dos depósitos deve ser destinada apenas ao pagamento de precatórios e da dívida fundada do estado. Além disso, houve redução expressiva na receita de venda de bilhetes das loterias instantânea e mista (- 41%).

II.2 Receitas de Capital

Já as receitas de capital – aquelas que alteram o patrimônio duradouro do estado¹⁴ – tiveram significativo aumento de R\$261,46 milhões em relação ao ano pretérito (+350,5%), efeito majoritariamente do incremento nas receitas de Alienação de Bens e Transferências de Capital.

As transferências de capital foram as que apresentaram desempenho mais favorável: R\$136,70 milhões (+340,5%) em relação ao mesmo período de 2010. Isto se deu basicamente pelo aumento das receitas de convênio com a União destinando a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além das transferências federais para a cobertura do desastre na Região Serrana causado pelas chuvas do início do ano.

A receita da rubrica “Alienação de Bens” foi de R\$115,39 milhões por conta da venda de imóveis e terrenos de propriedade do RIOPREVIDÊNCIA.

Tabela 11

**RECEITA DE CAPITAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2010	2011	
	R\$ milhões		
RECEITAS DE CAPITAL	74,59	336,06	350,5%
Operações de Crédito	7,13	15,58	118,5%
Alienação de Bens	0,00	115,39	-
Amortiz. de Empréstimos	27,31	28,23	3,4%
Transf. de Capital	40,15	176,86	340,5%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	-

¹⁴ *Idem nota 10*

BOX 01 – PANORAMA ECONOMICO DO ESTADO.

A Produção na Indústria Geral Nacional diminuiu (-0,5%) no primeiro bimestre de 2011 em relação ao último bimestre de 2010. Essa queda já era esperada dado o comportamento sazonal da indústria. Entretanto, houve aumento (+4,6%) da produção neste bimestre de 2011 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já a produção da indústria de geral fluminense sofreu uma queda (-4,6%) entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011. Quando comparado janeiro de 2011 a janeiro de 2010, a produção da indústria geral diminuiu (-0,2%), o que é explicado pela queda (-5,6%) na produção da indústria extrativa no mesmo período, sendo amenizada pelo aumento da produção da indústria de transformação (+1,3%).

As vendas do comércio varejista também seguem a mesma lógica sazonal, tanto no Rio como no Brasil, onde a série histórica do varejo cresce no fim do ano e cai no começo do ano seguinte. Com o aquecimento da economia, as vendas no varejo em dezembro de 2010 foram muito elevadas, o que resultou uma queda de mais de 27% para ambos neste período. Contudo, comparando janeiro de 2011 com janeiro de 2010, as vendas no varejo cresceram mais de 13%. No Estado no Rio de Janeiro, o crescimento das vendas no varejo em janeiro de 2011, em relação a janeiro de 2010, foi de 14,8%.

Como o indicador de vendas do comércio varejista considera a receita nominal do setor, há a necessidade de apontar que, para o período de janeiro de 2011 a janeiro de 2010, a inflação estadual foi de 7,1%. Já a inflação nacional para este período foi de 6,2%.

A população economicamente ativa (PEA) no Brasil não variou no primeiro bimestre de 2011 em relação ao bimestre anterior; para este mesmo período, a PEA do Rio de Janeiro aumentou 0,4%. A taxa de desemprego da região metropolitana do Rio continua em trajetória decrescente, a taxa média do primeiro bimestre passou de 5,5% em 2010 para 5% em 2011 (-9%), enquanto no Brasil a média passou de 7,3% para 6,3% (-14%). Essa queda da taxa de desemprego no estado pode resultar do aumento do emprego formal ou informal. No primeiro bimestre 2011, o número de empregados sem carteira assinada era 6,3% menor que no primeiro bimestre 2010 (enquanto que no Brasil, o emprego informal caiu 4,5%). Para este mesmo período, o Rio aumentou (+3,8%) seu nível de emprego formal, seguindo a tendência nacional (+6,1%).

PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE						
PRODUÇÃO E VENDAS		Varição mensal (%)		Varição em 12 meses		
		jan/11	fev/11	jan/11	fev/11	
Produção na Indústria Geral (1) (9)	BR	-3,9%	3,0%	2,4%	6,9%	
	ERJ	-4,6%	-	-0,2%	-	
Produção na Indústria Extrativa (1) (9)	BR	-2,6%	-8,7%	5,5%	4,6%	
	ERJ	-6,5%	-	-5,6%	-	
Produção na Indústria de Transformação (1) (9)	BR	-4,0%	3,8%	2,2%	7,0%	
	ERJ	-4,1%	-	1,3%	-	
Vendas no Varejo (2) (9)	BR	-27,0%	-	13,3%	-	
	ERJ	-28,9%	-	14,8%	-	
ÍNDICE DE PREÇOS		Varição mensal (%)		Varição em 12 meses		
Índice de Preços ao Consumidor (3)		BR	1,3%	0,5%	6,2%	6,0%
		ERJ	1,4%	0,53%	7,1%	6,9%
OCUPAÇÃO E RENDA		Varição mensal (%)		Varição em 12 meses		
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	-0,8%	0,8%	0,9%	1,3%	
	ERJ	0,0%	0,8%	0,6%	0,5%	
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	-20,3%	-	4,0%	-	
	ERJ	-14,3%	-	10,0%	-	
Empregado sem carteira (6)	BR	-2,9%	-2,5%	-4,1%	-4,8%	
	ERJ	0,6%	-4,3%	-5,3%	-7,3%	
Empregado com carteira (7)	BR	-0,9%	1,7%	5,8%	6,4%	
	ERJ	0,1%	0,8%	4,2%	3,3%	
DESEMPREGO		jan/11	fev/11	jan/10	fev/10	
Taxa de Desocupação (8)	BR	6,1	6,4	7,2	7,4	
	ERJ	5,1	4,9	5,4	5,6	

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de fevereiro de 2011. PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

III. Resultados Fiscais¹⁵

III.1 Resultado Orçamentário Total

O Resultado Orçamentário total do primeiro bimestre de 2011 alcançou a cifra de R\$976,07 milhões. Apesar do total positivo – ou seja, a arrecadação foi maior que os gastos –, as despesas cresceram em maior magnitude que as receitas, resultando em queda de 26,7% em relação ao verificado no mesmo período do ano passado (- R\$355,74 milhões).

– **Receita Total:** O incremento de R\$582,78 milhões em comparação ao ano passado (+6,7%) se deu, sobretudo, devido ao aumento das receitas tributárias, de Transferências e de Capital, conforme já mencionado. Entretanto, a significativa queda das receitas Patrimoniais (-R\$451,62 milhões) freou o desempenho das receitas correntes e, conseqüentemente, das receitas totais.

– **Despesa Total:** Apresentou crescimento de 12,7% (+R\$938,52 milhões), decorrência dos aumentos de todas as categorias de gastos correntes. As despesas de Pessoal e Encargos Sociais aumentaram 14,6% (+R\$435,36 milhões), efeito das políticas de concessão de reajustes salariais adotadas para diversas categorias a partir de junho de 2010, repercutiu consideravelmente no primeiro semestre. As Demais Correntes também tiveram incremento expressivo de R\$438,06 milhões (+12,8%), refletindo a ampla provisão de recursos para o funcionamento dos serviços do Estado com o aumento das despesas não-discrecionárias (detalhes na seção IV.2). As despesas com juros e encargos da dívida também tiveram crescimento: +63,9 % que equivaleram ao incremento de R\$155,9 milhões. Pormenores estão disponíveis na seção IV.1.

Sobre as Despesas de Capital foi apurada queda de 25,6% em relação ao ano anterior (-R\$121,59 milhões).

O desempenho desfavorável das receitas de capital no bimestre está relacionado às transferências de convênios com a União e a venda de imóveis e terrenos de propriedade do RIOPREVIDÊNCIA.

Tabela 12

**RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2010	2011	
	R\$ milhões		
I. RECEITA TOTAL (A)	8.701,45	9.284,23	6,7%
I.1 RECEITA CORRENTE	8.358,86	8.697,80	4,1%
I.1.1 Tributária	5.189,63	5.750,71	10,8%
I.1.2 Patrimonial	2.025,46	1.573,84	-22,3%
I.1.3 Transferências	800,62	981,89	22,6%
I.1.4 Demais Correntes	343,16	391,36	14,0%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	74,59	336,06	350,5%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	267,99	250,38	-6,6%
II. DESPESA TOTAL (B)	7.369,63	8.308,15	12,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.656,95	7.686,25	15,5%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.989,21	3.424,57	14,6%
II.1.2 Demais Correntes	3.423,75	3.861,81	12,8%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	243,99	399,87	63,9%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	475,11	353,52	-25,6%
II.2.1 Invest.	363,84	111,73	-69,3%
II.2.1.1 Obras e Instalações	45,13	51,13	13,3%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	276,25	0,07	-99,97%
II.2.1.3 Demais Investimentos	42,46	60,53	42,5%
II.2.2 Inv. Financ.	2,82	1,12	-60,4%
II.2.3 Amort. Dívida	108,44	240,67	121,9%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	237,58	268,39	13,0%
RES. ORÇAM. (A-B)	1.331,81	976,07	-26,7%

¹⁵ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

Esta relação negativa é resultado da redução de 99,97% da conta de Indenizações e Restituições. Isto ocorreu porque em 2010 esta despesa apresentou saldos extraordinários em decorrência de ressarcimento ao Banco do Brasil referente à operação de cessão de direitos de receitas de Participação Especial do campo de Marlim, realizada em Novembro de 2009. Por outro lado, a despesa de amortização da dívida cresceu R\$132,23 milhões, aumento de 121,9% (mais detalhes na seção IV.I).

III.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando as receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado orçamentário do primeiro bimestre de 2011 atingiu o montante de R\$1.561,78 milhões, 2,9% a menos do que no ano passado. O resultado obviamente decorre do crescimento da Despesa Total ter ocorrido em maior dimensão que a elevação da Receita Total.

Neste caso, de não contabilizar os saldos do fundo de previdência, o resultado orçamentário alcançado em 2011 é maior do que o resultado total, apresentado na seção anterior. Isso acontece porque o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA foi negativo neste bimestre, ou seja, sua receita foi menor que seus gastos. Contudo, tal conjuntura pode ser considerada neste período do ano uma vez que o RIOPREVIDENCIA apresenta déficit sazonal. Isto ocorre porque a parte mais significativa de suas receitas – oriundas dos royalties do petróleo – ainda não é arrecadada integralmente, visto que, por conta da legislação, são usadas para pagamento de indenização à União pelo Estado.

III.3 Resultado Primário¹⁶

O Resultado Primário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA atingiu o montante de R\$2.373,92 que representa crescimento de 16,6% em comparação ao primeiro

Tabela 13

**RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2010	2011	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	7.633,67	8.391,82	9,9%
I.1 RECEITA CORRENTE	7.571,11	8.187,65	8,1%
I.1.1 Tributária	5.189,63	5.750,71	10,8%
I.1.2 Patrimonial	1.394,12	1.235,36	-11,4%
I.1.3 Transferências	800,62	981,89	22,6%
I.1.4 Demais Correntes	186,75	219,68	17,6%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	58,50	192,44	229,0%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	4,06	11,73	189,0%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.115,36	6.830,05	11,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	5.403,18	6.208,77	14,9%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.754,63	1.991,56	13,5%
II.1.2 Demais Correntes	3.404,55	3.817,34	12,1%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	243,99	399,87	63,9%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	475,11	353,51	-25,6%
II.2.1 Invest.	363,84	111,73	-69,3%
II.2.1.1 Obras e Instalações	45,13	51,13	13,3%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	276,25	0,07	-99,97%
II.2.1.3 Demais Investimentos	42,46	60,52	42,5%
II.2.2 Inv. Financ.	2,82	1,12	-60,4%
II.2.3 Amort. Dívida	108,44	240,67	121,9%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	237,08	267,77	12,9%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	1.518,31	1.561,78	2,9%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.067,77	892,41	-16,4%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.254,27	1.478,11	17,8%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-186,50	-585,70	-214,1%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	1.331,81	976,07	-26,7%

¹⁶ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

bimestre do ano passado. O aumento reflete o aumento da receita não financeira – a partir do crescimento das receitas tributárias e de capital – e das despesas financeiras, ou seja, aquelas com a dívida (amortização e juros).

Já o Resultado Primário total, i.e., com o RIOPREVIDÊNCIA, alcançou o patamar de R\$1.397,28, saldo 10,4% inferior ao verificado no ano passado. O resultado negativo do fundo de previdência reflete seu déficit sazonal, fruto do natural fluxo de pagamentos das chamadas Indenizações da União nos primeiros meses do ano, diminuindo a receita disponível de royalties e participações especiais (PE) para a instituição.

Tabela 14
RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2010	2011	
RECEITA TOTAL S/ RIOPREV	7.633,67	8.391,82	9,9%
RECEITAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV	70,12	84,44	20,4%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	4,06	11,73	189,0%
RECEITA NÃO-FINANC. S/ RIOPREV (A)	7.559,49	8.295,65	9,7%
DESPESAS TOTAL S/ RIOPREV	6.115,36	6.830,05	11,7%
DESPESAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV	354,33	640,56	80,8%
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	237,08	267,77	12,9%
DESPESA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV (B)	5.523,95	5.921,72	7,2%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	2.035,54	2.373,92	16,6%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-476,17	-976,64	-105,1%

Tabela 15
RESULTADO PRIMÁRIO - COM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2010	2011	
RECEITAS TOTAL	8.701,45	9.284,23	6,7%
RECEITAS FINANCEIRAS	96,37	237,36	146,3%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	267,99	250,38	-6,6%
RECEITA NÃO-FINANCEIRA (A)	8.337,09	8.796,49	5,5%
DESPESAS TOTAL	7.369,63	8.308,15	12,7%
DESPESAS FINANCEIRAS	354,33	640,56	80,8%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	237,58	268,39	13,0%
DESPESA NÃO-FINANCEIRA (B)	6.777,72	7.399,21	9,2%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	1.559,37	1.397,28	-10,4%

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa

No ano de 2011, o Governador Sérgio Cabral dá início a sua segunda Gestão à frente do Estado do Rio de Janeiro, contando com um orçamento aprovado pela Lei nº 5858, de 03 de janeiro de 2011, estimado em R\$ 56,213 bilhões.

As despesas por Poder seguem demonstradas na tabela 16. Os gastos do Poder Executivo estão fixados em R\$52,2 bilhões e, para os demais Poderes os recursos somam R\$ 4,6 bilhões.

Adotando-se uma postura conservadora, 2,96% do orçamento do Executivo estão contingenciados (R\$1,54 bilhões). São dotações previstas na Lei Orçamentária que não estão disponíveis para execução até que se confirme a expectativa de receita constante na LOA, que foi objeto de emenda durante o processo legislativo.

Como consequência dessa emenda, a receita estimada para 2011 é superior em 10,63% ao que foi arrecadado em 2010, configurando um cenário otimista dos indicadores macroeconômicos (PIB, taxa de câmbio, IPCA, IGP-DI). Ao longo do exercício, as revisões da estimativa da receita, observada a tendência do exercício, irão orientar o montante de recursos indisponíveis que poderão ser liberados a cada momento.

Tabela 16

R\$ Milhões

PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL 1º BIMESTRE	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 1º TRIM*	EMP. 1º BIM	LIQ. 1º BIM
2010	DESPESA SEM INTRA	41.562	42.406		42.406		9.045	6.600
	DESPESA INTRA	1.586	1.593		1.593		243	210
	DESPESA TOTAL	43.148	43.999		43.999	28.841	9.287	6.810
2011	DESPESA SEM INTRA	49.826	50.551	1.547	49.004		9.053	7.404
	DESPESA INTRA	1.771	1.737		1.737		250	225
	DESPESA TOTAL	51.597	52.288	1.547	50.741	13.673	9.303	7.629
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL 1º BIMESTRE	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 1º TRIM**	EMP. 1º BIM	LIQ. 1º BIM
2010	DESPESA SEM INTRA	3.985	3.974		3.974		1.201	532
	DESPESA INTRA	271	282		282		139	27
	DESPESA TOTAL	4.256	4.256		4.256		1.339	559
2011	DESPESA SEM INTRA	4.268	4.275		4.275		1.748	636
	DESPESA INTRA	349	341		341		134	43
	DESPESA TOTAL	4.617	4.617		4.617		1.881	679

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 24/03/2011

* EM 2010 A COTA ORÇAMENTÁRIA ERA LIBERADA POR QUADRIMESTRE A PARTIR DE 2011 PASSA A SER LIBERADA POR TRIMESTRE

** PARA OS OUTROS PODERES NÃO EXISTE COTA ORÇAMENTÁRIA

Ainda nesse contexto conservador e visando preservar o equilíbrio orçamentário e financeiro, a cota orçamentária, que em 2010 era liberada por quadrimestre, passou a ser liberada por trimestre (25% para o período jan/abril), disponibilizando para empenho menor volume de recursos nesse início de ano de modo a facilitar o controle e acompanhamento da real necessidade de gastos por órgão, além de permitir melhor distribuição da despesa ao longo do ano, mais compatível com a realização da receita.

Historicamente, sabe-se que a execução orçamentária nos dois primeiros meses do ano é bastante tímida. Confirmando essa tese, no âmbito do Poder Executivo (excluindo as despesas intra-orçamentárias), no primeiro bimestre de 2011 o ritmo de comprometimento das dotações (emissão de empenhos) foi moderado, apenas 0,17% (+R\$15 milhões) maior que nos dois primeiros meses de 2010. O valor liquidado, no entanto, apresentou

um crescimento de 12,03% (+R\$819 milhões) demonstrando execução mais compatível com a despesa empenhada e evidenciando menor distanciamento entre essas duas fases da execução orçamentária (Tabela 16).

Analisando ainda os valores da Tabela 17, no âmbito dos Outros Poderes, a despesa empenhada apresentou incremento de R\$ 524 milhões (+ 40,46%) em relação ao primeiro bimestre de 2010. Este expressivo aumento é explicado pela emissão de empenhos globais para as despesas que ocorrem mensalmente ao longo do exercício, metodologia que compromete de uma só vez maior volume de recursos, mas que serão liquidados de forma parcelada a cada mês. Nesse caso, está o Ministério Público, que empenhou montante equivalente a seis folhas de pagamento. A variação da despesa calculada pelo valor liquidado foi de 21,35%

Sob a ótica da origem dos recursos o financiamento de todas essas despesas é realizado por diferentes fontes discriminadas na tabela 17 ao lado. Observa-se que a maior parcela da despesa (55,72%) foi financiada com recursos provenientes de Impostos (ICMS, IPVA e ITD), concentrados em despesas não discricionárias (93%). Destacam-se também os gastos custeados com recursos próprios (20,16%), basicamente recursos do RIO PREVIDÊNCIA, aplicados no pagamento de inativos e pensionistas do Estado.

A análise comparativa do financiamento da despesa por fonte de recursos aponta para um expressivo aumento porcentual nas despesas financiadas com recursos transferidos constitucionalmente pela União, compatível com o crescimento da arrecadação no bimestre; são eles o Fundo de Participação dos Estados (FR 06) +R\$ 144,5 milhões, e as Transferências da União Provenientes de Impostos (FR 07) +R\$88,0 milhões, ambos aplicados em despesas não discricionárias (serviço da dívida),

Diferente de 2010, quando foram liquidados R\$112,9 milhões, os recursos provenientes de Operações de

Tabela 17
**DESPESA LIQUIDADADA POR FONTE DE RECURSO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2010/ JAN-FEV 2011**

R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1º BIM 2010	1º BIM 2011	VAR %
RECURSOS DO TESOUREO	5.446	6.052	11,1%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	3.784	4.480	18,4%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)		13	
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.337	1.092	-18,3%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	11	8	-29,4%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	27	171	526,6%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	47	135	186,0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	113		-99,6%
FECF - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	120	146	22,0%
DEMAIS FONTES*	6	6	0,1%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1.686	1.988	17,9%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	1.354	1.621	19,7%
CONVÊNIOS	22	33	51,3%
FUNDEB (FR 15)	256	287	12,2%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	34	16	-53,2%
DEMAIS FONTES**	21	32	52,1%
TOTAL GERAL	7.132	8.040	12,7%

* FRS 20, 21, 26, 90, 95 / ** FRS 96, 97, 98, 99

 Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
 Posição SIG/SIAFEM: 24/03/2011

crédito não foram utilizados neste primeiro bimestre de 2011, o que pode ser explicado pela alocação de cerca de 50% desses recursos em amortização da dívida pública, cujo cronograma de aplicação está previsto para o segundo semestre. No valor correspondente aos 50% restantes, destinados a investimentos, também não houve aplicação.

Quanto à destinação dos recursos por categoria econômica e Grupo de Despesa, a aplicação está detalhada na Tabela 18.

Tabela 18

**DESPESAS POR GRUPO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADADA JAN-FEV 2010 / JAN-FEV 2011**

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	R\$ MIL		
		2010 JAN-FEV	2011 JAN-FEV	VAR %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.665.476	1.895.432	13,81%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	1.188.667	1.356.821	14,15%
	1.2 - OUTROS PODERES	476.809	538.612	12,96%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	243.987	399.870	63,89%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.747.483	5.390.947	13,55%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	520.883	676.841	29,94%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	468.658	600.068	28,04%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	52.226	76.773	47,00%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.231.459	1.429.389	16,07%
	3.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.995.141	3.284.716	9,67%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	994.082	1.022.235	2,83%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	670.935	765.934	14,16%
	3.3.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.330.124	1.496.547	12,51%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	363.842	111.731	-69,29%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	85.122	91.182	7,12%
	4.2 - OUTROS PODERES	2.684	20.549	665,53%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS (MARLIN)	276.035		
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	2.824	1.117	-60,44%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	108.440	240.671	121,94%
TOTAL GERAL		7.132.052	8.039.769	12,73%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 24/03/2011

Os gastos com pessoal e encargos do Poder Executivo cresceram R\$ 168,15 milhões (+14,15%) em relação a 2010 por conta da concessão de reajustes salariais concedidos a diversas categorias, a partir de julho/2010, alguns parcelados em 24 meses. Na esteira de concessão de reajustes a servidores, nos outros Poderes, o incremento foi de 12,96%.

Em relação ao custeio, nos Poderes Legislativo, Judiciário e no Ministério Público, neste primeiro bimestre de 2011 o aumento foi de R\$ 24,5 milhões (+47%) por conta principalmente dos gastos com operacionalização do processamento judiciário. No Poder Executivo a variação foi menor, o incremento foi de R\$131,4 milhões, + 28% em relação a igual período de 2010, justificado principalmente pelo Bilhete Único Estadual, cujas despesas liquidadas totalizaram R\$48 milhões nos dois primeiros meses do ano.

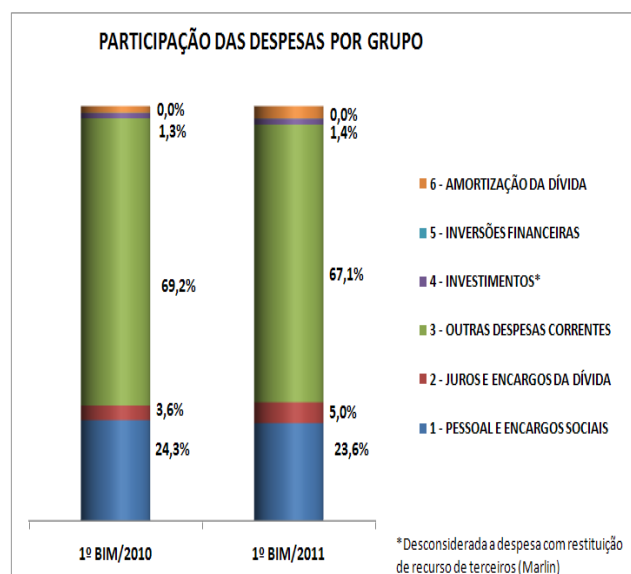
O pagamento do serviço da dívida (juros e amortização) requereu neste primeiro bimestre mais 81,75% (288,11 milhões), o que está sendo comentado mais adiante.

No âmbito dos investimentos, quando comparado ao primeiro bimestre de 2010, verifica-se uma aparente queda de 69,29% em virtude do cumprimento do contrato firmado entre o ERJ e o BB - Operação de Cessão de Direitos, que antecipou as receitas oriundas do acerto Marlim creditadas ao Estado em 2010.

Expurgando-se tal despesa do montante aplicado, a análise dos investimentos tradicionais aponta que nos dois primeiros meses de 2011 foram aplicados pelo Poder Executivo R\$91,18 milhões, + R\$ 6,0 milhões que em 2010, com destaque para a concessão de Bolsas de Pesquisa Científica (R\$19,6 milhões) através da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado.

Em sua maioria, essas bolsas foram destinadas para a compra de material permanente, no âmbito do Programa Pensa Rio, cujo objetivo é a realização de pesquisas multidisciplinares nas áreas estratégicas do Estado, e do Programa Pronex, que, em parceria com o CNPQ17 apóia pesquisas em núcleos de excelência, visando o desenvolvimento científico e tecnológico por meio da execução de ações inovadoras.

Gráfico 1



¹⁷ CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Para avaliar o poder discricionário do Estado, demonstra-se no gráfico ao lado participação de cada grupo no montante aplicado no período. Observa-se o forte comprometimento da despesa Estadual no cumprimento de disposições legais – Transferências aos Municípios ao FUNDEB, e Encargos com a União, (Outras Despesas Correntes) – que exigiram cerca de 41% no pagamento de inativos (17,8%), 23,6% no pagamento de pessoal (71,6% pessoal do Executivo) e 8% no serviço da dívida.

As despesas listadas no parágrafo anterior comprometeram 90,18% do gasto do bimestre. As despesas discricionárias, (custeio de todas as áreas, investimentos e programas estratégicos) participaram com apenas 9,82%, execução tímida, porém compatível com o período a que se referem – os dois primeiros meses do ano. Nos próximos meses a execução da despesa deverá apresentar ritmo mais acelerado.

A aplicação dos recursos no bimestre por função de governo segue demonstrada na tabela 19 ao lado.

A maior variação ocorreu na Função Desporto e Lazer, devido ao pagamento de despesas do Projeto do Rio 2016, antes chamado SUDERJ EM FORMA. O projeto visa promover a inclusão social através de atividades esportivas, recreativas e culturais, direcionadas a crianças e adolescentes (em horário complementar à escola). Estende-se também a adultos e idosos oriundos de qualquer realidade, inclusive aos portadores de quaisquer tipos de necessidades especiais, desenvolvendo atividades específicas para cada público alvo.

Devido ao restrito poder discricionário do Estado, já comentado anteriormente, o maior comprometimento é requerido pela Função “Encargos Especiais”, na qual é efetuado o pagamento das transferências constitucionais, dos Encargos com a União e o Serviço da Dívida Pública, demonstrado no gráfico 2.

O pagamento de inativos, função Previdência Social, responde pelo segundo maior gasto no período, que

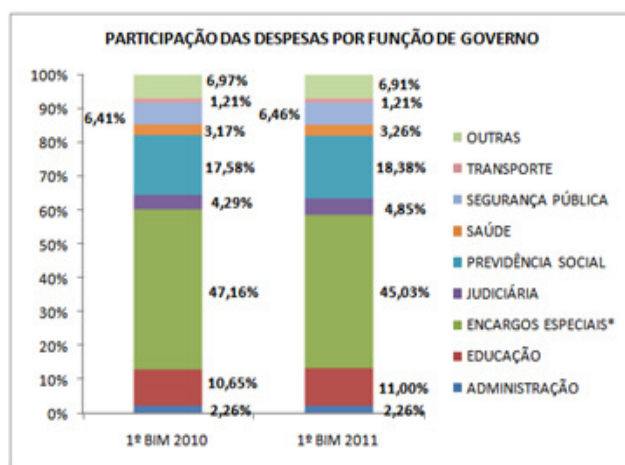
Tabela 19

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO
DESPEZA LIQUIDADADA JAN-FEV 2010 / JAN-FEV 2011

DISCRIMINAÇÃO	1º BIM 2010	1º BIM 2011	Δ % 2010 /2011
ADMINISTRAÇÃO	161.120.128	181.915.859	12,9%
AGRICULTURA	32.818.205	20.338.364	-38,0%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.955.518	22.055.625	10,5%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	17.500.684	28.451.159	62,6%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	30.490.720	28.930.723	-5,1%
COMUNICAÇÕES	6.676.608	8.105.420	21,4%
CULTURA	13.225.969	14.257.815	7,8%
DESPORTO E LAZER	5.293.803	12.998.616	145,5%
DIREITOS DA CIDADANIA	29.748.826	38.343.785	28,9%
EDUCAÇÃO	759.520.685	884.770.674	16,5%
ENCARGOS ESPECIAIS	3.363.457.752	3.620.026.546	7,6%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	178.994.529	200.920.693	12,2%
GESTÃO AMBIENTAL	16.586.999	25.938.026	56,4%
HABITAÇÃO	10.041.605	9.384.955	-6,5%
INDÚSTRIA	6.745.890	7.204.037	6,8%
JUDICIÁRIA	305.951.994	390.280.183	27,6%
LEGISLATIVA	125.794.680	135.862.717	8,0%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	553.585	797.438	44,0%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.253.770.489	1.477.488.721	17,8%
SANEAMENTO	-	13.274	
SAÚDE	226.002.471	262.424.831	16,1%
SEGURANÇA PÚBLICA	457.156.176	519.619.503	13,7%
TRABALHO	3.024.902	2.208.423	-27,0%
TRANSPORTE	86.392.164	97.376.611	12,7%
URBANISMO	21.227.507	50.055.272	135,8%
TOTAL	7.132.051.889	8.039.769.274	12,7%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 24/03/2011

Gráfico 2



passou de 17,58% no primeiro bimestre de 2010 para 18,38% em 2011 refletindo o reajuste salarial dos ativos, em cumprimento aos direitos do servidor.

IV.2 - Acompanhamento das despesas vinculadas a índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁸, FECAM¹⁹ e FEHIS²⁰.

A apuração dos índices alcançados em cada área ocorre no final do exercício. Porém, a cada bimestre, avalia-se o percentual executado para evitar maior concentração de gastos no final do ano, o que muitas vezes poderá gerar a execução de despesas não planejadas durante o exercício.

Para cada uma das áreas o limite mínimo²¹ está fixado, no caso da Educação e Saúde em legislação Federal e na FAPERJ, FECAM e FEHIS, em legislação Estadual.

A tabela 20 apura os índices parciais executados no primeiro bimestre de 2010 e 2011. A base de cálculo das receitas, com exceção do FECAM, aumentou em média 11% em relação à igual período do ano anterior, refletindo, no caso da Educação e Saúde, o aumento de 42,73% das receitas de Transferências e, na FAPERJ, por conta do incremento da arrecadação de Taxas em 50,65%. No FECAM, o aumento na receita base foi de apenas 3%.

Observa-se que o ritmo da execução orçamentária da Educação e da FAPERJ estão bem próximos da aplicação mínima exigida, ressaltando que a FAPERJ assumiu uma execução até um pouco acelerada.

Tabela 20
EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

EM R\$ MIL

PERÍODO	JAN- FEV 2010	JAN- FEV 2011
EDUCAÇÃO		
RECEITA BASE	3.937.160	4.399.653
DESPESA LIQUIDADADA*	862.664	1.010.396
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	984.290	1.099.913
% ÍNDICE	21,91%	22,97%
SAÚDE		
RECEITA BASE	3.937.155	4.400.545
DESPESA LIQUIDADADA*	201.929	256.312
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	472.459	528.065
% ÍNDICE	5,13%	5,82%
FAPERJ		
RECEITA BASE	2.357.713	2.597.870
DESPESA LIQUIDADADA*	30.322	63.820
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	47.154	51.957
% ÍNDICE	1,29%	2,46%
FECAM**		
RECEITA BASE	1.243.360	1.279.392
DESPESA LIQUIDADADA*	1.640	3.317
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	62.168	63.970
% ÍNDICE	0,13%	0,26%
FEHIS		
RECEITA BASE	382.648	428.070
DESPESA LIQUIDADADA*	2.948	16
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	38.265	42.807
% ÍNDICE	0,77%	0,00%

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2006 a 2010)

Posição SIG/SIAFEM: 24/03/2011

** A receita base de 2010 desconsidera os R\$210,7 milhões de receita de MARLIN

¹⁸ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁹ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁰ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

²¹ **Limites Mínimos:**

Educação: 25% e Saúde 12% das receitas provenientes de impostos e transferências.

FAPERJ, 2% da receita de impostos e transferências deduzidas às vinculações legais; FECAM, 5% da receita de Royalties e Participações Especiais; FEHIS, 10% da receita do Fundo Estadual de Combate a Pobreza.

A baixa aplicação de recursos no FEHIS se dá por conta da alocação de maior volume de dotação em programas do PAC II ainda não iniciados; no período, o gasto do FEHIS foi basicamente direcionado à população residente em áreas de risco.

Com as despesas realizadas, nas funções Educação e Saúde, cerca de 50% foram aplicadas no pagamento de Pessoal; em custeio e investimento, a execução foi pequena, embora 25% do custeio e do investimento tenham sido liberados para efeito de empenho.

Na função Educação, os restantes 50% referem-se basicamente às transferências ao FUNDEB, da parcela da contribuição do Estado na educação dos Municípios.

Os R\$3,3 milhões aplicados pelo FECAM foram destinados ao Projeto Iguaçu, cujo objetivo é o controle de inundações e recuperação ambiental das Bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí. Ao seu término, o projeto beneficiará cerca de 2,5 milhões de moradores dos municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Duque de Caxias e Nilópolis, na Baixada Fluminense, e do bairro de Bangu, na Zona Oeste da capital.

BOX 02 – Transferências Voluntárias de Recursos aos municípios para Aplicação em Saúde (PAIH) e em Execução de Obras de Urbanização e Infraestrutura (Somando Forças).

Este Box aborda as ações desenvolvidas pelos Municípios Fluminenses com recursos transferidos pelo Estado.

Na área de Saúde a aplicação se dá por conta do Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAIH), iniciado no final de 2010, regulamentado em legislação específica, com cumprimento de metas pactuadas.

Na área de urbanização e infraestrutura a aplicação é feita por meio do programa Somando Forças, antes denominado Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PADEM), conforme o Decreto 42.384 de 29/03/2010. A Unidade Gestora do programa é a Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS), que neste 1º bimestre liquidou R\$ 25,03 milhões em favor dos municípios listados na tabela ao lado.

Na área de Saúde no Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAIH), vinculado à Secretaria de Saúde e Defesa Civil é direcionado aos municípios com até 115 mil habitantes com objetivo de reorganizar os hospitais públicos locais e filantrópicos. Em parceria com as prefeituras, a reorganização da saúde por região, visa também reforçar e desenvolver o Sistema Único de Saúde (SUS).

A Secretaria está investindo nos hospitais regionais que são pólos para outros municípios para que assim possam atender a pacientes da região, os recursos são repassados desde que se cumpram algumas condições como, por exemplo, a oferta de serviços a usuários dos municípios vizinhos, já que o paciente não conhece fronteiras geográficas.

Neste bimestre foram empenhados R\$ 12,76 milhões dos quais foram liquidados 66,71% (R\$8,51 milhões) em favor dos municípios listados na tabela. O distanciamento entre a despesa empenhada e liquidada neste início de exercício se dá por conta dos trâmites burocráticos exigidos para as transferências dos recursos.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS PROGRAMA DE APOIO AOS HOSPITAIS DO INTERIOR (PAIH)			
PROGRAMA	FAVORECIDOS	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-FEV/2011)	
		EMPENHADO	LIQUIDADADO
P A I H	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PETROPOLIS	1.500.000	1.000.000
	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO	1.500.000	1.000.000
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO	766.600	516.600
	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA FRIBURGO	750.000	500.000
	FUNDO MUNIC.DE SAUDE DE SAO JOAO MERITI	750.000	500.000
	FUNDO MUNIC.DE SAUDE UPA 24 HORAS TERESOPOLIS	750.000	500.000
	FUNDO MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS	750.000	500.000
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	750.000	500.000
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACAE	750.000	500.000
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NITEROI	750.000	500.000
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEIMADOS	750.000	500.000
	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	750.000	500.000
	REC MUN DE SAUDE E PROM SOCIAL DE CBO FRIO	750.000	500.000
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARUAMA	750.000	500.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA MANSÁ	750.000	500.000	
Subtotal		12.766.600	8.516.600

QUADRO DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS PROGRAMA SOMANDO FORÇAS			
PROGRAMA	FAVORECIDOS	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-FEV/2011)	
		EMPENHADO	LIQUIDADADO
S O M A N D O F O R Ç A S	BELFORD ROXO	3.629.808	3.629.808
	NOVA IGUAÇU	1.425.000	1.425.000
	DUQUE DE CAXIAS	1.187.403	1.187.403
	TRÊS RIOS	1.122.000	1.122.000
	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	1.099.567	1.099.567
	ANGRA DOS REIS	1.000.000	1.000.000
	NILÓPOLIS	811.995	811.995
	BARRA MANSÁ	795.500	795.500
	VALENÇA	787.890	787.890
	ARRAIAL DO CABO	773.384	773.384
	MARICÁ	697.601	697.601
	QUEIMADOS	675.489	675.489
	SÃO PEDRO D' ALDEIA	556.000	556.000
	CARDOSO MOREIRA	493.831	493.831
	SÃO F. DE ITABAPOANA	492.155	492.155
	CARMO	479.750	479.750
	JAPERI	475.000	475.000
	ITAPERUNA	475.000	475.000
	PARACAMBI	474.077	474.077
	PINHEIRAL	447.881	447.881
	MACUCO	394.111	394.111
	QUATIS	389.500	389.500
	CASIMIRO DE ABREU	379.996	379.996
	TERESÓPOLIS	372.450	372.450
	RIO DAS FLORES	368.020	368.020
	SÃO FIDELIS	353.526	353.526
	CANTAGALO	345.721	345.721
	ARMAÇÃO DE BÚZIOS	338.420	338.420
	SÃO GONÇALO	336.958	336.958
	APERIBÉ	329.000	329.000
	BOM JESUS DE ITABAPOANA	319.228	319.228
	ITALVA	298.388	298.388
	CONCEIÇÃO DE MACABU	285.000	285.000
	SANTA MARIA MADALENA	251.415	251.415
RIO CLARO	250.000	250.000	
CORDEIRO	228.970	228.970	
VASSOURAS	209.503	209.503	
PARAIBA DO SUL	208.651	208.651	
LEVY GASPARIAN	205.112	205.112	
SILVA JARDIM	191.880	191.880	
LAJE DO MURIAÉ	181.306	181.306	
IGUABA GRANDE	169.879	169.879	
AREAL	163.054	163.054	
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	144.000	144.000	
SÃO JOSÉ DE UBÁ	118.480	118.480	
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	113.772	113.772	
RIO BONITO	64.790	64.790	
MIRACEMA	59.375	59.375	
PORTO REAL	44.739	44.739	
ITAOCARÁ	25.000	25.000	
Subtotal		25.039.576	25.039.576

BOX 03 – Aplicação de Recursos na Região Serrana por conta dos Prejuízos Ocasionados pelas Chuvas

A Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro neste início de ano foi objeto de ação conjunta de diversos órgãos do Estado nos Municípios atingidos pelas enchentes: Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto, resultando em considerável quantitativo de pessoas desabrigadas, o que afetou de forma negativa a economia regional no cenário estadual.

Ações emergenciais começaram a ser executadas em várias frentes, principalmente, no pagamento de aluguel social, atendimento através de hospitais de campanha, contenção de encostas e recuperação de vias urbanas.

Os recursos detalhados abaixo refletem apenas a execução orçamentária de ações cujas fases da despesa já foram totalmente cumpridas, mas representam apenas um pequeno esforço do que vem sendo realizado, pois a maior parcela de recursos, ainda em execução, que não aparece demonstrada, tem amparo em decretos que reconhecem a situação de calamidade pública nesses municípios, nos termos da Lei nº 4.320/1964, que dispõe sobre as finanças públicas no Brasil.

REGIÃO SERRANA - 1º BIMESTRE DE 2011	
DESPESA EXECUTADA	EMPENHADO
DIÁRIAS	209.427
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ÀS VÍTIMAS DAS ENCHENTES DA REGIÃO SERRANA	1.758.050
AÇÃO GLOBAL CONTRA A DENGUE - MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO	20.641
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE FORNECIDOS PELO HOSPITAL DE CAMPANHA DA REGIÃO SERRANA	1.928.180
OBRAS DE CONTENÇÃO EM ENCOSTAS NA MALHA RODOVIÁRIA	3.000.000
AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER A DEMANDA OPERACIONAL	849.250
LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS EQUIPAMENTOS EMERGENCIAIS	3.080.140
BENFEITORIAS REALIZADAS EM PETRÓPOLIS	82.258
AQUISIÇÃO DE COLCHÕES, MATERIAIS DESCARTÁVEIS, DE USO PESSOAL E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER OS DESABRIGADOS	15.727
OBRAS EMERGENCIAIS DE RECONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS	9.321.411
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E ENSAIOS GEO -TÉCNICOS NO CONJUNTO HABITACIONAL RETIRO POÉTICO NO MUNICÍPIO DE CORDEIRO.	26.921
MANUTENÇÃO DOS POSTOS HABITACIONAIS DA REGIÃO SERRANA	56.750
REMOÇÃO DE ESCOMBROS E ENTULHOS EM LOGRADOUROS E PRAÇAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS DE ITAIPAVA E PETRÓPOLIS.	1.942.499
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS À UNIDADE ESCOLAR QUE ACOLHEU OS DESABRIGADOS.	11.047
ALUGUEL SOCIAL - REGIÃO SERRANA	10.500.000
TOTAL	32.802.302

Como ação prioritária, foi realizado o cadastramento de famílias para recebimento do aluguel social, previsto entre de R\$ 400 a R\$ 500 / mês, a ser pago pelo período de um ano. A primeira parcela paga no final de fevereiro

requereu R\$2,3 milhões. A distribuição de kits de móveis e eletrodomésticos complementou essas ações iniciais e as primeiras cidades contempladas foram Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis.

Convênio firmado com o Governo Federal através do Ministério das Cidades e operação de crédito contratada junto ao Banco Mundial no valor de US\$ 485 milhões reforçarão os recursos do Estado na reconstrução das cidades da Região Serrana.

V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

Nos primeiros dois meses de 2011, a parcela liberada da Cota Financeira²² suportada pelas Outras Fontes de Recursos²³ superou a pertinente as Fontes de Recursos (FR) do Tesouro²⁴. Tal fato decorreu de algumas ações da atual Gestão, entre elas: (i) contingenciamento nas FR Tesouro - R\$ 0,8 bilhão - uma ação preventiva diante das incertezas no atual cenário econômico; e (ii) maior volume de recursos oriundos de operações de crédito.

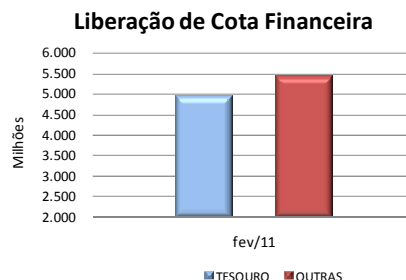
Cabe pontuar que o contingenciamento das FR do Tesouro ocorreu nas FR00²⁵ (R\$ 0,7 bilhão) e FR22²⁶ (R\$ 0,1 bilhão). Nesse ato, os órgãos mais afetados foram a Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro – DER (R\$ 215 milhões) e o Fundo Estadual de Saúde – FES (R\$ 150 milhões).

Em relação ao maior volume nas demais Fontes de Recursos, o destaque fica a cargo da FR11²⁷, que em comparação com a dotação orçamentária do início de 2010 (R\$ 0,67 bilhão), apresentou um crescimento de cerca R\$ 0,80 bilhão.

Os recursos da FR11 estão destinados a diversos programas, dentre eles, destacam-se: (i) Reforma do complexo do Maracanã, R\$ 214,7 milhões; (ii) Urbanização do Complexo de Manguinhos, R\$ 192,4 milhões; e (iii) Reassentamento de moradores de áreas de risco, R\$ 180 milhões.

A despeito da liberação de Cota Financeira maior para Outras FR (Tabela 21), permaneceu a preferência dos órgãos na utilização das FR do Tesouro em relação às demais. Como pode ser constatado nos números disponibilizados na Tabela 21, os

Gráfico 3



“A operação de crédito prevista no orçamento de 2011 deriva da expectativa do financiamento internacional para o Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável - PROHDUMS (Development Policy Loan II) da ordem de U\$ 485 milhões.”

Tabela 21

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ FEVEREIRO DE 2011

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAG. (E)
TESOURO	899.046	369.852	317.489	276.673	203.731
OUTROS	603.269	62.381	443.498	36.918	21.361
TOTAL GERAL	1.502.315	432.233	760.987	313.591	225.092

RS M
INTE: SIG E SIAFEM
Obs.: Posição Acumulada até Fevereiro/2011

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
TESOURO	41,14%	116,49%	74,81%	87,14%	73,64%
OUTROS	10,34%	14,07%	59,18%	8,32%	57,86%
TOTAL GERAL	28,77%	56,80%	72,55%	41,21%	71,78%

INTE: SIG E SIAFEM
Obs.: Posição Acumulada até Fevereiro/2011

Tabela 22

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ FEVEREIRO DE 2011 POR ÁREAS FR TESOURO

ÁREA	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAG. (E)
EDUCAÇÃO	92.871	21.878	18.172	17.401	14,3
SAÚDE	241.182	65.698	47.950	47.317	22,6
SEGURANÇA	103.959	37.429	35.458	31.084	23,9
DEMAIS ÁREAS	461.033	244.847	215.908	180.871	142,7
TOTAL GERAL	899.046	369.852	317.489	276.673	203,7

FRTE: SIG E SIAFEM
Obs.: Posição Acumulada até Fevereiro/2011

ÁREA	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	23,56%	120,39%	79,54%	95,76%	82,48%
SAÚDE	27,24%	137,01%	72,02%	98,68%	47,78%
SEGURANÇA	36,00%	105,56%	83,05%	87,66%	77,13%
DEMAIS ÁREAS	53,11%	113,40%	73,87%	83,77%	78,95%
TOTAL GERAL	41,14%	116,49%	74,81%	87,14%	73,64%

FRTE: SIG E SIAFEM
Obs.: Posição Acumulada até Fevereiro/2011

²² Liberação realizada através da Resolução SEFAZ Nº 379 DE 15 De Fevereiro de 2011

²³ Demais Fontes: 05; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 21; 25; 26; 90; 95; 96; 97; 98; e 99.

²⁴ Fontes Tesouro: 00; 01; 04; 06; 07; 20 e 22

²⁵ FR 00 - Ordinários Provenientes de Impostos;

²⁶ FR 22 - Adicional do ICMS - FECP;

²⁷ FR 11 - Operação de Crédito através do Tesouro.

Órgãos Estaduais liquidaram mais despesas nas FR do Tesouro (41,14%) do que nas Outras FR (10,34%).

Os órgãos confeccionaram em média 75% das suas despesas liquidadas nas FR do Tesouro. Cabe salientar que os valores liquidados ultrapassaram o montante das Cotas liberadas.

Essa priorização na utilização da FR Tesouro persiste na próxima etapa da despesa, a ordenação do pagamento²⁸. Como pode ser observado, foram usados 87,14% das Cotas Financeira do Tesouro diante de modestos 8,32% das demais FR.

As áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) utilizaram agilmente suas Cotas com FR do Tesouro (**Tabela 22**), e converteram uma média de 94% do total executado em Programações de Desembolso (PD).

O Tesouro do Estado, por sua vez, adimpliu 74% das Programações de Desembolso (PD) emitidas pelos órgãos estaduais, com recursos do Tesouro, mantendo a celeridade dos pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual.

V.2 Pagamento de PD's

No 1º bimestre de 2011, o Tesouro Estadual prosseguiu sendo diligente com seus pagamentos: praticou o prazo médio, de 9 dias, no adimplemento das programações de desembolso emitidas para as áreas prioritárias; e de 9 dias, para as áreas não prioritárias (Tabela 23). A comparação desses prazos com os praticados nos mesmos períodos de anos anteriores (Gráfico 4) permite a verificação da celeridade na execução das obrigações suportadas com recursos do Tesouro.

Cabe destacar, ainda, a agilidade com que o Tesouro vem adimplindo as Programações de Desembolso dos órgãos: 100% das PD's pagas (Gráfico 5) foram honradas em até 30 dias após a data de sua emissão, com destaque para o fato de que quase a metade (47%) foram pagas em até 10 dias.

²⁸ Emissão da Programação de Desembolso – PD que resulta na utilização da Cota Financeira liberada.

Tabela 23

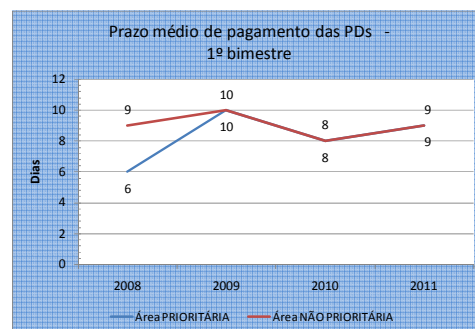
**PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
1º BIMESTRE DE 2011**

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIA	9
NÃO PRIORITÁRIA	9
Total geral	9

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Obs: Excluído as desp. com diárias

Gráfico 4



Esse fato ratifica a política da qualidade executada pelo Tesouro do Estado, que tem como meta a celeridade e a transparência na execução de seus pagamentos.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

Para cumprir a meta financeira do exercício vigente, estipulada pela Lei Orçamentária Anual (LOA), o Tesouro Estadual adota o conceito de saldo médio²⁹ para a administração de seu Fluxo de Caixa. Essa administração auxilia a tomada de decisão sobre a alocação dos recursos, objetivando, assim, maximizar a receita financeira do Estado do Rio de Janeiro.

A criação dos fundos exclusivos faz parte da estratégia tecida pelo Tesouro para atingir esse objetivo, e seus desempenhos têm atendido as expectativas. Assim, no primeiro bimestre de 2011, os fundos obtiveram uma rentabilidade média acima de 99% do CDI. Além disso, possuem uma taxa administrativa que se situa entre 0,10% e 0,15% ao ano, muito abaixo das praticadas no mercado.

No 1º bimestre de 2011, a receita financeira do Tesouro Estadual teve um crescimento de 38% quando comparada ao mesmo período do ano anterior, sendo que a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário - *benchmark*) teve um crescimento 36% nesse mesmo período. Dessa forma, quando se desconsidera o efeito dessa taxa, encontra-se um crescimento real de 1,5%.

O crescimento real indica que houve uma melhora efetiva no desempenho dos fundos, como pode ser visualizado no Gráfico 6. Já o crescimento nominal, representado em quase sua totalidade pelo aumento expressivo da taxa CDI, é uma consequência do alto patamar da taxa básica de juros (taxa SELIC – 11,25% a.a.), quando comparado ao vigente no mesmo período do ano anterior (8,75% a.a.).

Gráfico 5

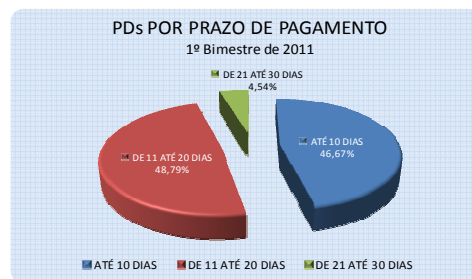


Gráfico 6

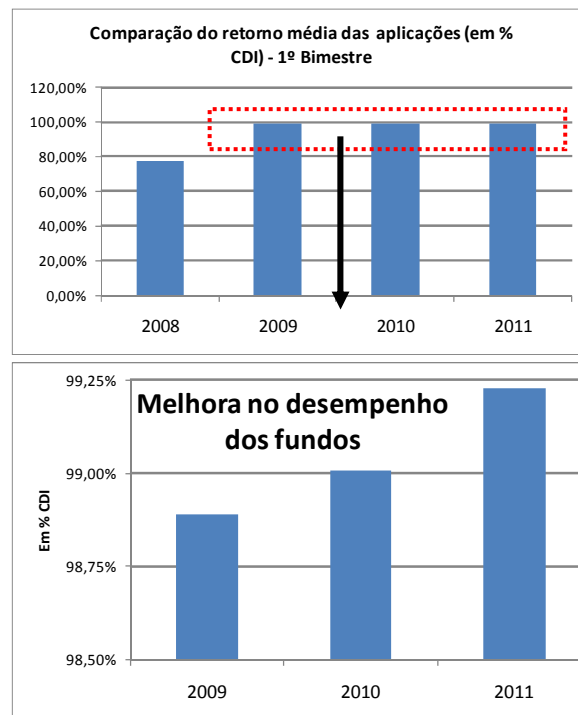
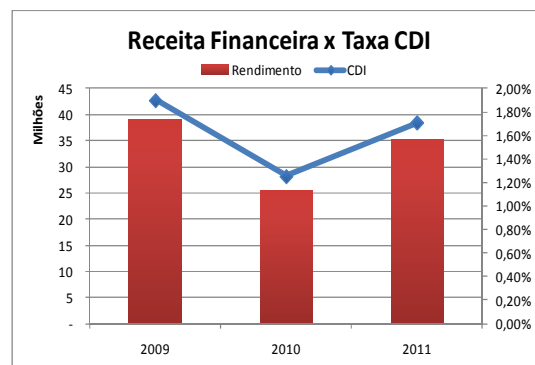


Gráfico 7



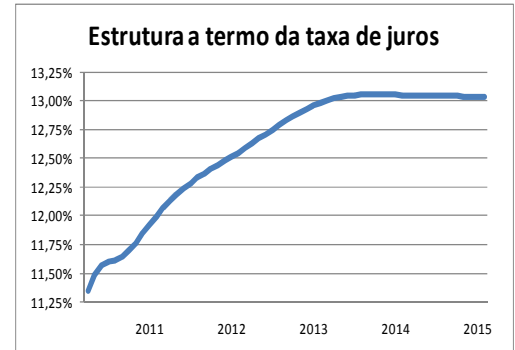
²⁹ Optou-se pelo emprego de um modelo simples para o cálculo do saldo médio, cuja autoria é de Merton Miller e Daniel Orr.

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 156ª reunião³⁰ e a primeira no exercício de 2011, aumentou em 0,5 pontos percentuais a taxa SELIC, dando início a um ciclo de crescimento da taxa básica da juros, já precificado pela estrutura a termo da taxa de juros (Gráfico 8), com a finalidade de combater o aumento da pressão inflacionária. Segundo o boletim Focus³¹, a projeção para inflação (5,47% - IPCA) está acima da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%).

Com a atual perspectiva para a taxa SELIC, espera-se que haja um aumento, ainda que modesto, da receita financeira nos próximos bimestres. No entanto, cabe ressaltar que isso dependerá de outros fatores, como, por exemplo, a disponibilidade financeira do caixa.

Para acompanhar o desempenho das aplicações financeiras do Tesouro Estadual, foi criado um indicador de desempenho que avalia mensalmente o quanto da meta de rendimento financeiro foi cumprido, auxiliando assim, o Tesouro Estadual na tomada de decisão e na administração mais eficiente de seu caixa.

Gráfico 8



³⁰ Realizado nos dias 18 e 19 de janeiro de 2011.

³¹ Focus, relatório de mercado de 14 de janeiro de 2011.

V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

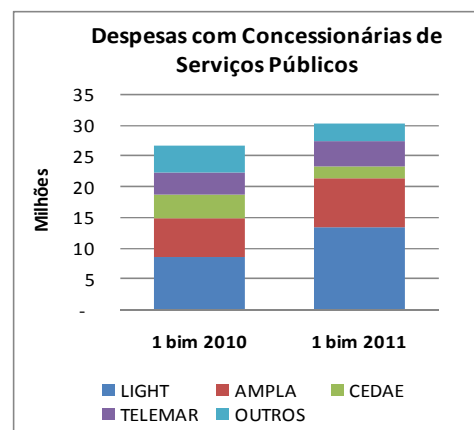
No primeiro bimestre de 2011, o Tesouro Estadual adimpliu cerca de R\$ 30,5 milhões em despesas com serviços públicos essenciais, prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. Esse montante superou em 16% o desembolso efetuado no mesmo período em 2010. Este resultado decorre, sobretudo, da maior celeridade no adimplemento das obrigações com a concessionária Light, sendo influenciado, ainda, pelo aumento de 26% no faturamento desta concessionária no período analisado.

No que tange aos Restos a Pagar de 2010, o Tesouro Estadual manteve-se diligente nos pagamentos dessas obrigações, quitando, nesse período, R\$ 46 milhões do valor total inscrito em favor das concessionárias de serviços públicos essenciais, que monta em R\$ 61 milhões, ou seja, 75% do total. Ressalte-se que os R\$ 15 milhões pendentes referem-se ao Contrato de parcelamento firmado entre a SEEDUC e a CEDAE, que serão quitadas mensalmente até novembro de 2011.

Visando gerenciar de maneira ainda mais eficiente o adimplemento dos serviços essenciais, o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC, criado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais³², controla atualmente o faturamento de 14 concessionárias, incluindo as quatro principais: Light, Ampla, Telemar e, a partir de 2011, Cedae.

Imperioso ressaltar a relevância da adesão da Cedae ao SIPC: de imediato, pôde-se proceder à revisão do cadastro das instalações da própria Concessionária e ainda a verificação das titularidades em conjunto com a Cedae e os Órgãos, ambas necessários para a emissão da fatura consolidada, o que

Gráfico 9



³² Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.

reduzirá significativamente as divergências na conciliação entre as faturas apresentadas pela Cedae e o pagamento efetuado pelo Tesouro, beneficiando ambas as partes.

Destarte, o SIPC registrou o montante de R\$ 29 milhões correspondente ao total do faturamento de serviços essenciais, no bimestre janeiro-fevereiro de 2011. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 24,4 milhões, ou seja, 84%.

Tabela 24

**Acompanhamento da Execução Orçamentária das Despesas com Concessionárias incluídas no SIPC
Bimestre Jan - Fev 2011**

Concessionária	Faturado	Empenhado	Liquidado	Pago	R\$ mil
					% Pago / Liquidado
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A	15.850	15.392	13.742	13.128	83%
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	8.484	9.662	9.496	7.918	93%
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS-C	70	2	2	2	3%
TELEMAR NORTE LESTE S/A	2.200	1.973	1.832	1.805	82%
AGUAS DE NITEROI S.A.	1.045	1.050	799	655	63%
AGUAS DO PARAIBA S/A	702	551	546	391	56%
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A	118	60	60	60	51%
CONCESSIONARIA AGUAS DE JUTURNAIBA S/A	187	179	158	153	82%
SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO SAAE	58	55	55	37	64%
ENERGISA NOVA FRIBURGO-DISTRIB.DE ENERGI.	84	69	66	62	74%
PROLAGOS S/A-CONC SERV.PUB.AGUA/ESGOTO	69	43	43	42	61%
AGUAS DO IMPERADOR S/A.	73	74	73	73	100%
AGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA	86	98	55	49	57%
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	29	17	17	17	59%
TOTAL	29.055	29.225	26.944	24.392	84%

Quanto ao desempenho da execução orçamentária das despesas, observa-se que o valor total empenhado é equivalente ao valor faturado, ratificando assim o comprometimento das Concessionárias, Órgãos e Coordenação de Pagamento de Concessionárias em honrar as despesas obrigatórias com serviços essenciais com celeridade.

V.4.1 Características de Consumo

Um aspecto relevante para o melhor gerenciamento dos gastos públicos é o acompanhamento das características do consumo ao longo do tempo. Nesse sentido, as ferramentas ³³ desenvolvidas para processar os dados técnicos, envolvidos no faturamento dessas despesas, permitem análises e elaboração de relatórios gerenciais com informações detalhadas de cada instalação, obtendo assim, uma avaliação mais abrangente.

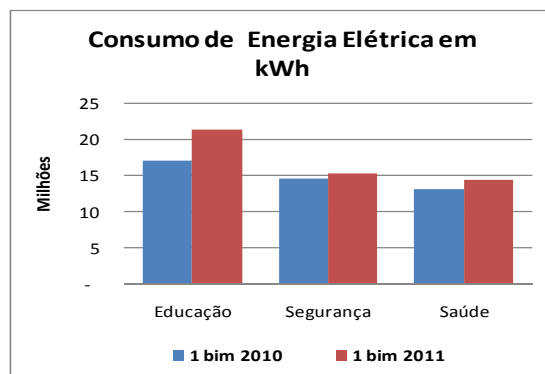
Uma das ferramentas desenvolvidas pelo Tesouro gerencia o Cadastro de Instalações³⁴, conforme já mencionado na edição anterior. Com esta ferramenta pode-se mapear os imóveis utilizados pelos entes estaduais e os gastos com serviços essenciais por área de atuação. Na etapa seguinte, houve a interligação deste cadastro com o faturamento dos serviços prestados. Como consequência, a conciliação dos valores para pagamento tornou-se mais exata.

Também se obteve mais celeridade na conciliação devido à regularidade na atualização do cadastro, pois, mensalmente, são incluídas as instalações novas que foram assumidas pelos órgãos e entidades estaduais e, excluídas as instalações que foram desligadas do uso estadual.

O Cadastro de Instalações contém, atualmente, 3.350 instalações de órgãos estaduais, sendo 824 unidades de consumo de energia elétrica de alta tensão e 2.526 unidades de consumo de baixa tensão.

Especificamente em relação ao consumo de energia elétrica em kWh, analisando-se o consumo das áreas prioritárias no primeiro bimestre de 2011, pode-se verificar um aumento de 24%, na área de educação; 9%, na área de saúde; e 5%, na área de segurança, se comparados com o mesmo período do exercício anterior.

Gráfico 10



³³ Ferramentas utilizadas pela Coordenação de Controle e Acompanhamento de Pagamento de Concessionárias – CACPC

³⁴ O cadastro de instalações contém os dados históricos enviados pelas concessionárias incluídas no SIPC, a partir de janeiro de 2010.

Já o estudo de alta tensão demonstra que, em 2011, foram gastos com a demanda de alta tensão R\$ 5 milhões, sendo R\$ 3,2 milhões de demanda contratada e R\$ 1,8 milhões de demanda ultrapassada.

Com a ferramenta tecnológica específica para análise de alta tensão, tornou-se possível analisar o consumo individual de cada unidade que teve sua demanda ultrapassada (ou até mesmo subutilizada). Certamente este estudo poderá gerar uma enorme economia nos gastos públicos com serviços essenciais, uma vez que a cobrança do consumo excedente acima do valor da demanda contratada em kW (denominada demanda ultrapassada) é penalizada, pois utiliza uma tarifa maior que a tarifa da demanda contratada.

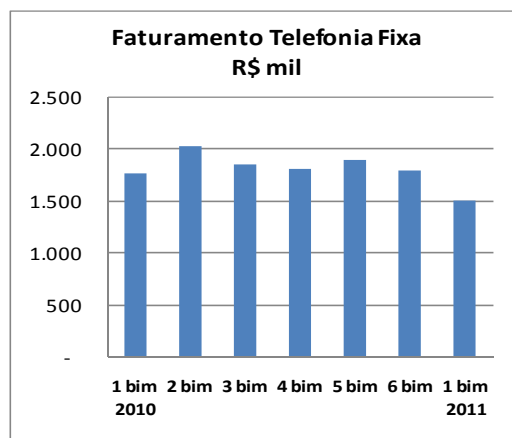
Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No âmbito dos serviços de telefonia fixa, com implantação, em 2008, da rede governo de telefonia, a qual interligou os ramais de todos os órgãos estaduais, gerou-se uma economia substancial. Observa-se que a média bimestral destas despesas nos últimos 12 meses está em R\$ 1,8 milhões enquanto em 2007 era de até R\$ 6 milhões, mais de três vezes superiores às atuais.

Após a licitação para área de telefonia fixa e móvel, realizada ao final de 2010, foram contratadas para atender a rede estadual de telefonia as operadoras Intelig e Tim. Cabe ressaltar que as concessionárias aderiram ao SIPC em março de 2011, e estão providenciando os procedimentos operacionais necessários para emissão da fatura consolidada.

No que tange à transmissão de dados, foram empenhados R\$ 19 milhões, sendo 68% do valor empregado com estes serviços referentes ao Projeto de Modernização Operacional da Gestão Escolar, implantado a partir de 2007, pela Secretaria de Educação. Esta Secretaria empenhou R\$ 13 milhões para os serviços de transmissão de dados, mas ainda não completou os lançamentos para pagamento. Dessa maneira, o Tesouro

Gráfico 11



Estadual quitou apenas 11% do montante total empenhado, ou seja, R\$ 2 milhões.

Por fim, corroborando os resultados obtidos pela gestão da Subsecretaria de Finanças e sua política de qualidade, voltada para a eficiência, celeridade e transparência em suas atividades, iniciada em 2007, o SIPC passou a controlar o faturamento de mais 5 concessionárias, a saber: Telemar, Cedae, Águas de Nova Friburgo, Intelig e TIM.

V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no primeiro bimestre de 2011.

V.6 Requisições Judiciais de Pagamento Precatórios

No 1º bimestre de 2011, foram aplicados R\$ 19,4 milhões para pagamento de precatórios. Desse montante, R\$ 15,6 milhões foram oriundos do Tesouro Estadual e R\$ 3,8 milhões dos recursos próprios do Rioprevidência.

Os pagamentos realizados nos meses de janeiro e fevereiro foram compostos das parcelas dos acordos vigentes, restando ainda 14 acordos do Estado. Ressalte-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 56% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 44% empregados nas obrigações de natureza comum.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 1º bimestre deste ano, foram pagas 297 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 4 milhões. O dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial,

Gráfico 12

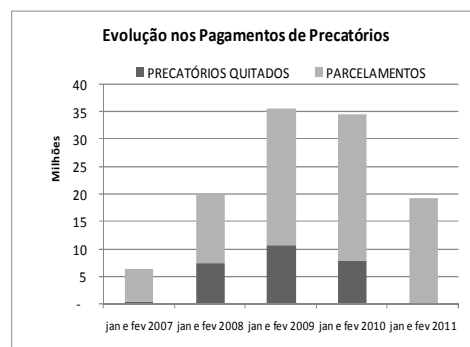
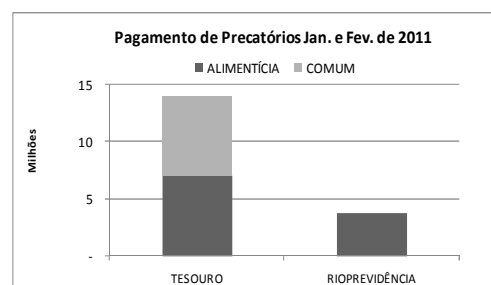


Gráfico 13



por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³⁵.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram desembolsados, no 1º bimestre de 2011, o montante de R\$ 23,4 milhões.

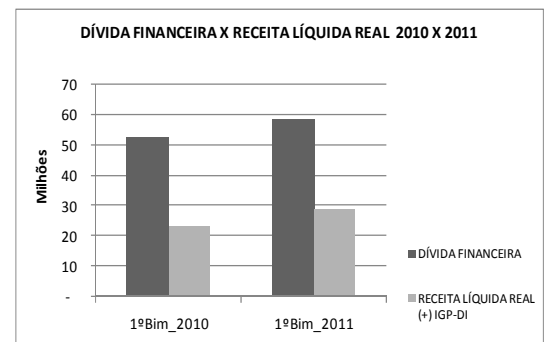
Tendo em vista que o pagamento de novos precatórios serão realizados pelo Tribunal de Justiça, com os recursos financeiros transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro, atualmente apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento de precatórios estão sendo feitos pela Secretaria de Estado de Fazenda e as requisições judiciais de pequeno valor, conforme orientação da PGE.

V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 645 milhões com o serviço da dívida³⁶, no 1º bimestre de 2011, valor 80,84% superior ao pago no mesmo período do ano anterior. Esta variação, no dispêndio, pode ser atribuída ao calendário, haja vista que no ano anterior, o vencimento³⁷ da parcela de fevereiro referente ao contrato de refinanciamento, pactuado nos moldes estabelecidos pela Lei nº 9.496/97, foi adimplida em março. O crescimento da dívida nesse bimestre também foi influenciado pela evolução da Receita Líquida Real que serve de teto para o pagamento de expressiva parte da dívida do Estado. A aplicação deste teto resultou, ainda, na incorporação de R\$ 6 milhões.

O pagamento da dívida externa foi 11,58% inferior, em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo a apreciação do

Gráfico 14



³⁵ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

³⁶ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁷ O vencimento ocorreu no dia 28/02/2010.

real frente ao dólar³⁸. Ressalte-se, contudo, que este montante representa apenas 1,95% do total do serviço pago.

Tabela 25

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	1º bim 2010			1º bim 2011			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	108.247	243.878	352.125	240.507	399.749	640.256	81,83%
INTRALIMITE	79.023	220.619	299.643	205.672	378.576	584.248	94,98%
EXTRALIMITE	29.224	23.259	52.482	34.836	21.173	56.008	6,72%
INTERNA	20.862	17.418	38.280	27.230	16.221	43.451	13,51%
EXTERNA	8.361	5.841	14.202	7.606	4.952	12.558	-11,58%
ADM. INDIRETA HONRADA	4.509	232	4.742	4.875	232	5.107	7,69%
TOTAL	112.756	244.111	356.867	245.383	399.980	645.363	80,84%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	181.722	351.624	533.345	211.996	378.576	590.573	10,73%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	95.559	338.976	434.535	205.672	378.576	584.248	34,45%
Diferença incorporada no resíduo	86.162	12.648	98.810	6.325	-	6.325	-93,60%

Valores pagos a preços correntes.

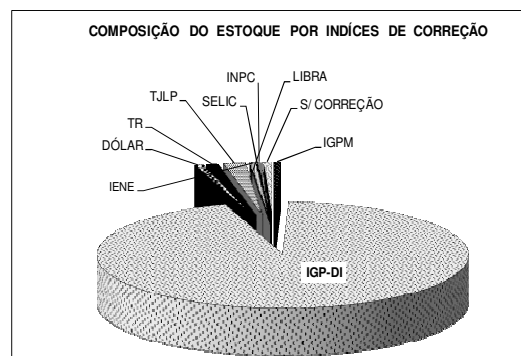
Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 1º bimestre deste ano, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 58,48 bilhões, 12,11% maior que a do primeiro bimestre do exercício anterior, o que é explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna que é corrigida pelo IGP-DI³⁹.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 3,39% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com saldo de R\$ 1,98 bilhão, ou seja, 43,87% superior ao do primeiro bimestre de 2010, não obstante a variação negativa do dólar no período, em virtude dos ingressos de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do

Gráfico 15



³⁸ O dólar fechado nas datas dos respectivos pagamentos caiu 9,04% em relação ao período anterior.

³⁹ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representaram 92,17% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um crescimento de 7,86% e 11,44%, respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 1º bimestre fechou em 1,36% (IGP-DI de dez/10 e jan/11), e nos últimos 12 meses (de fev/10 a jan/11) em 11,27%.

Rio de Janeiro, apresentou melhora entre o primeiro bimestre de 2010 e seu equivalente de 2011. A relação caiu de 2,25 para 2,03⁴⁰.

Tabela 26
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2010 X 2011			
	1ºBim_2010	1ºBim_2011	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	52.164.824	58.481.671	12,11%
INTERNA	50.685.958	56.291.604	11,06%
Dívida com a União	50.685.958	56.291.604	11,06%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.378.977	1.983.867	43,87%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.376.207	1.981.302	43,97%
Mobiliária	2.770	2.565	-7,41%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	99.890	206.200	106,43%
DÍVIDA FINANCEIRA	52.164.824	58.481.671	12,11%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	23.143.645	28.765.392	24,29%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,25	2,03	-9,80%

Valores a preços correntes

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 97,57% do estoque. Desse montante 96,11% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6%. Cumpre ressaltar que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante aos vencimentos do curto prazo, que representam 5,38% do total do serviço a pagar até 2039, apenas 0,14% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴¹. Nos dez exercícios seguintes, os vencimentos permaneceram estáveis, dado que houve a substituição do pagamento, limitado a 13% da RLR, pela aplicação do Sistema Price de amortização. Vale ressaltar, ainda, que os custos

Tabela 27

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS

R\$ Mil

Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	326.505	0,57%	0,56%
2,1 - 4	375.267	0,66%	0,64%
4,1 - 6	54.842.154	96,11%	93,78%
acima de 6,1	1.519.525	2,66%	2,60%
Subtotal	57.063.451	100,00%	97,57%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	876.008	61,77%	1,50%
4,1 - 6	542.212	38,23%	0,93%
Subtotal	1.418.220	100,00%	2,43%
Total	58.481.671		100,00%

⁴⁰ A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, foi de 2,51.

⁴¹ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2011 à 2013, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

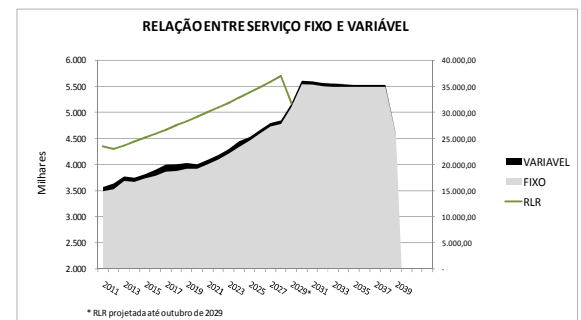
variáveis não ultrapassaram ao longo dos anos o patamar de 3,3%.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴² e ao prazo médio de repactuação⁴³, estes atingiram 11,66 anos e 11,14 anos, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 15,6 milhões da receita pertinente a operações de créditos no primeiro bimestre de 2011. Desse montante, R\$ 6,9 milhões foram destinados ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES); R\$5,9 milhões foram para o Programa de Apoio de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$1,2 milhões foram para o Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES); R\$ 918 mil destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária (recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento); R\$605,3 mil, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do Banco Mundial); e R\$ 78 mil destinados ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública – PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do Banco Mundial).

Gráfico 16



⁴² Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

⁴³ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Tabela 28
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal
Ente: Estado do Rio de Janeiro

Data: 28.02.2011

Valores em R\$ mil

	2011		TOTAL
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	15.582,44	844.743,19	1.438.091,13
Operações contratadas com o SFN	13.981,20	639.038,25	1.011.038,25
1.1 BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	21.615,90	21.615,90
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	-	1.027,32	1.027,32
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	-	186.000,00	558.000,00
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	6.880,90	125.675,82	125.675,82
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	-	0,00	0,00
6. BNDES PMAE II	1.216,47	7.176,52	7.176,52
7. CAIXA PAC	5.883,83	297.542,69	297.542,69
Demais	1.601,24	205.704,94	427.052,88
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	605,33	167.101,67	305.811,87
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	-	17.049,94	60.781,03
3. BID - PROFAZ (profisco)	917,95	12.940,49	29.517,95
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	77,96	8.612,85	30.942,04
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	327.963,96	978.552,73
1. VIALIGHT	-	29.569,00	259.138,33
2. PRODETUR	-	42.563,63	186.614,40
3. SAUDE/HRB	-	65.831,33	132.800,00
4. MARACANÃ COPA2014-BNDES	-	190.000,00	400.000,00
5. DPL II_PROHDUMS - BIRD	-	808.107,00	808.107,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (3)	-	3.836.391,54	6.316.318,48
Total	15.582,44	5.009.098,69	8.732.962,34

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de fev/2011

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 15/04/2010, atualizados pelo IGP-DI/2010.

V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁴

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 1º bimestre de 2011, com 1.039 Convênios, dos quais 452 Convênios de Receita e 587 Convênios de Despesa vigentes⁴⁵.

Os mais relevantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁴⁶ e no Programa Somando Forças⁴⁷.

Para a concretização das diversas obras de infraestrutura do PAC, encontram-se vigentes até o 1º bimestre de 2011, o total de 76 Convênios de Receita, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. Desse montante, R\$ 1,5 bilhões consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 1 bilhão é oriundo do Tesouro Estadual.

Destes recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 1º bimestre de 2011, foram repassados em torno de R\$ 555 milhões, sendo destinados 74% às áreas de Habitação e aproximadamente 26% à área de Saneamento.

Com relação ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 177 convênios, beneficiando 84 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 218 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura. Neste período, foram empenhados e liquidados, aproximadamente R\$ 25 milhões e pagos R\$ 10 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, foram celebrados 410 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 67 milhões, liquidados R\$ 65 milhões e pagos R\$ 61 milhões.

⁴⁴Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴⁵Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁶Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴⁷Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

V.9. Sistema de Gestão de Qualidade na Subsecretaria de Finanças

Após o decurso de um ano e meio de dedicação para implementação e maturação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN), em 18 de março de 2011, foi recomendada pela empresa de auditoria Bureau Veritas, para obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008⁴⁸.

O Sistema de Gestão de Qualidade da SUBFIN é embasado na política da qualidade e seus objetivos estabelecidos nos seguintes termos:

“É Política da Qualidade da Subsecretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro, buscar permanentemente a excelência na formulação, na execução e na avaliação da gestão dos recursos públicos atendendo às seguintes diretrizes:

- Manter elevada competência de seus funcionários;
- Aprimorar a infraestrutura institucional;
- Assegurar conformidade com requisitos; e
- Ser transparente na prestação de contas à sociedade civil”.

Além disso, a Subsecretaria de Finanças estruturou seu sistema em 13 (treze) macroprocessos, onde restam agrupadas as atividades desempenhadas, a saber: Acompanhamento Orçamentário; Planejamento Financeiro; Controle e Execução da Movimentação Financeira; Acompanhamento da Dívida; Controle e Captação de Recursos; Execução Orçamentária das UG's Encargos Gerais do Estado e Concessionárias; Execução das Despesas Extra-Orçamentária; Pagamentos; Contabilização das UG's a Cargo do Tesouro Estadual; Acompanhamento de Convênios; Gestão de Ativos e Passivos; Assessoramento Técnico e Jurídico e Prestação de Contas.

⁴⁸ ISO é a sigla da Organização Internacional de Normalização (*International Organization for Standardization*), com sede em Genebra, Suíça, que cuida da normalização (ou normatização) em nível mundial e cria normas nos mais diferentes segmentos. A sigla ficou popularizada pela série 9000, ou seja, as normas que tratam de Sistemas para Gestão e Garantia da Qualidade nas empresas/órgãos. Em Dezembro de 2000, a série 9000 foi totalmente revisada; além das alterações em sua estrutura, agora há apenas uma norma sujeita à certificação, a ISO 9001, que trouxe o enfoque de gerenciamento de processos. Esta norma foi desenvolvida utilizando-se um conjunto de oito princípios de gestão da qualidade, quais sejam: (i) foco no cliente; (ii) liderança; (iii) o envolvimento das pessoas; (iv) abordagem por processos; (v) abordagem por sistema de gestão; (vi) melhoria contínua; (vii) abordagem factual para a tomada de decisão; e, (viii) relações de parceria com fornecedores.

A partir desses macroprocessos foi realizado um detalhamento das atividades executadas pelos técnicos da SUBFIN, culminando no mapeamento de fluxogramas, possibilitando, assim, a uniformização, racionalização e otimização dos procedimentos.

Além disso, buscando a melhoria contínua das atividades desempenhadas por esta Subsecretaria, a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade e, ainda, a excelência da gestão financeira, foram criados 18 (dezoito) indicadores de desempenho, quais sejam: (i) de qualificação dos servidores; (ii) de aprimoramento da infraestrutura; (iii) de tempo médio de pagamento das Programações de Desembolso (PD's) após a sua emissão; (iv) de extemporaneidade dos registros contábeis; (v) de pontualidade das informações; (vi) de completude das informações atualizadas no subportal do Tesouro Estadual; (vii) do nível da satisfação da sociedade ao nível de exigência; (viii) do cumprimento do cronograma das RPP's; (ix) do grau de cumprimento da manutenção do saldo médio conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA); (x) do tempo médio de defasagem para a realização das análises contábeis; (xi) da incidência de erros na emissão de PD's confeccionadas pelas Unidades Gestoras (UG's) a cargo do Tesouro Estadual; (xii) de incidência de erros na emissão de Nota de Lançamento (NL) pertinentes a convênios; (xiii) da incidência de erros que ocorrem na transferência de recursos nas UG's na hora do pagamento; (xiv) de erros nos cadastros de convênios registrados no SIAFEM; (xv) de PD's não pagas por erro de confecção por parte das UG's; (xvi) do valor de faturas que não geraram emissão de PD por problemas de descentralização; (xvii) de pontualidade das informações prestadas ao TCE e (xviii) do câmbio do i-ésimo semestre.

Vale elucidar que, para cada um desses indicadores, foi estabelecida uma meta, objetivando a medição da eficácia, eficiência e celeridade das atividades executadas por esta Subsecretaria. Com o decurso temporal e, após a análise do desempenho dos indicadores, as metas fixadas são revistas regularmente para aprimorar a atuação do Tesouro Estadual.

Igualmente, com o intuito de aperfeiçoar e manter um Sistema de Gestão de Qualidade eficiente, a Subsecretaria de Finanças realizará periodicamente auditorias internas, a fim de verificar a conformidade dos requisitos da norma ISO 9001:2008 e, ainda, com aqueles estabelecidos por esta Pasta.

Diante da recomendação da Bureau Veritas Certification, a Subsecretaria de Finanças recebeu o selo de qualidade em gestão de produtos/serviços nos termos da norma ISO 9001:2008, por intermédio da entrega do certificado ao Excelentíssimo Sr. Governador, em cerimônia que ocorreu na Secretaria de Estado da Csa Civil, no dia 18 de abril do corrente ano, no Estado do Rio de Janeiro.

No certificado de excelência consta como referência o escopo da Subsecretaria de Finanças que se traduz na sua atividade fim: *“Realizar de forma eficiente o planejamento financeiro, administração e movimentação financeira e efetuar os pagamentos”*.

Assim sendo, a Subsecretaria de Finanças continuará empregando esforços para manter e aprimorar o Sistema de Gestão de Qualidade implementado, com o fito de alcançar a excelência na gestão financeira dos recursos do Estado do Rio de Janeiro, com transparência e foco na satisfação do cliente, que se traduz na sociedade fluminense como um todo.

BUREAU VERITAS
Certification



Certificação

Conferida à

SUBSECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SUBFIN

RUA DA ALFÂNDEGA, 42, 1º E 2º ANDAR, CENTRO, 20070-000 - RIO DE JANEIRO/RJ
BRASIL

Bureau Veritas Certification certifica que o Sistema de Gerenciamento da
Organização acima foi avaliado e encontrado em conformidade
com os requisitos da Norma detalhada abaixo

NORMA

ISO 9001:2008

ESCOPO DE FORNECIMENTO

REALIZAR DE FORMA EFICIENTE O PLANEJAMENTO FINANCEIRO, A
ADMINISTRAÇÃO E A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E OS PAGAMENTOS.

Data da Aprovação Original: 22/03/2011

*Sujeito à operação satisfatória contínua do Sistema de Gerenciamento da Organização,
este certificado é válido até: 21/03/2014*

*Esclarecimentos adicionais a respeito do escopo deste certificado e à aplicabilidade dos requisitos do Sistema de
Gerenciamento podem ser obtidos consultando a Organização*

Número do Certificado: BR010350-1

Data: 22/03/2011

José Cunha - Technical Manager
Managing and Issuing Office:
Av. do Café, 277, Torre B, 5º Andar
Centro Empresarial do Aço
04311-000 - Vila Guarani - São Paulo/SP - Brasil

